SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2023

ATA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão extraordinária de 25 de abril de 2023, da ata da sessão ordinária de 27 de abril de 2023 e da ata sessão extraordinária de 19 de maio de 2023;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Nelas 2022-2031;

2.3 - Apreciação e votação da Contratação de Empréstimo de Substituição de Dívida;

2.4 - Apreciação do Relatório de Execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Nelas – Conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Muito boa noite a todos.

Está aberta a Sessão Pública da Assembleia Municipal do dia 30 de junho de 2023.

Cumprimentava, naturalmente, os Senhores e as Senhoras Deputadas, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente e os Senhores vereadores. Parece que ainda faltarão alguns. E todas as Senhoras e Senhores que se encontram no Público.

Uma nota introdutória para referir que vou justificar 4 faltas. O Senhor António Rui, que se encontra substituído pelo Senhor Deputado Milton, o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, que também disse que não vinha e, portanto, pedia a justificação da falta, o Senhor António Costa e o Senhor Pedro Pinto.

Depois destas justificações, pedia à Senhora Primeira Secretária para fazer a chamada.

(A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

(Faltaram os Senhores Deputados Municipais Augusto Borges da Silva, António Fernandes Costa, Pedro Renato Pinto, Daniel Marialva e Carlinda Loureiro)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Deputado António Borges costuma estar sempre atento. Diz que temos 22 presentes. Confirma?

A Senhora Primeira Secretária:

- Vinte e dois presentes, três faltas justificadas e outras três faltas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vinte e e dois + três + três, dá vinte e oito. Está certo. Temos de avançar.

A Senhora Primeira Secretária:

- Então, Ana Carla Luzio.

O Senhor Presidente da Assembleia:
- É, está presente.
O Senhor Presidente da Assembleia:
- Então temos 23 presenças, não é? Certo. Muito bem.
A Senhora Primeira Secretária:
- Três faltas justificadas e duas injustificadas.
O Senhor Presidente da Assembleia:
- Então vamos entrar no Período de Antes da Ordem do Dia, com a Discussão e Aprovação de três atas.

A Ata da Sessão Extraordinária de 25 de Abril de 2023. Começaríamos por esta. Não sei se os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas querem fazer alguma observação à ata que receberam em casa. Ninguém quer fazer nenhuma observação, portanto, vamos pô-la a votação.

Quem se abstém? Três abstenções, dos Senhores Deputados João Alfredo Ferreira, Ana Carla Luzio e António Roque da Silva. Quem vota contra? Então, aprovada por maioria com vinte votos a favor.

Passaríamos, agora, à ata da sessão ordinária do dia 27 de Abril. Faço a mesma pergunta: Não sei se algum Senhor Deputado ou Senhora Deputada quer fazer alguma observação quanto ao conteúdo da ata? Ninguém quer. Vamos pôr então a votação. Quem se abstém? Três abstenções? Três abstenções dos Senhores Deputados Jorge Coelho, Ana Carla Luzio e Vera Luzia. Quem vota contra? Então aprovada por maioria com vinte votos a favor.

Passaríamos, então, à terceira ata da sessão extraordinária de 19 de Maio de 2023. Alguma observação quanto a esta ata? Não há. Quem se abstém? Pelo menos uma, eu. Duas abstenções, do Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz e da Senhora Deputada Ana Carla Luzio. Quem vota contra? Então, aprovada por maioria de 21 votos a favor.

Então, encerrado este primeiro ponto, passaríamos para a Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 18 de abril de 2023, da Senhora Deputada Vera Gomes Faria, solicitando a suspensão do seu mandato, por um período de 30 dias, a contar do dia 27 de abril de 2023;
- E-mail, datado de 21 de abril de 2023, do Senhor Deputado Pedro Renato Figueiredo Pinto, informando que não estará presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, agendada para o dia 25 de abril de 2023, devido a outros compromissos;
- E-mail, datado de 23 de abril de 2023, da Senhora Deputada Ana Carla Figueiredo Luzio, solicitando a sua substituição na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de abril de 2023;
- Ofício n.º 2932, datado de 24 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de mais um assunto para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 27 de abril de 2023.
- Ofício n.º 2959, datado de 02 de maio de 2023, da Câmara Municipal de Nelas - Pedido de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal;
- E-mail, datado de 09 de maio de 2023, da Senhora Deputada Vera Gomes Faria, solicitando que seja cancelada a suspensão do seu mandato, visto já estar disponível;

- E-mail, datado de 10 de maio de 2023, do Senhor Deputado António Rui Nogueira, solicitando a sua substituição na sessão extraordinária da Assembleia Municipal do dia 19 de maio de 2023;

- E-mail, datado de 17 de maio de 2023, do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, informando que, por motivos profissionais de última hora, não conseguirá estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, agendada para o dia 19 de maio de 2023, pelo que solicita que promova a sua substituição e a justificação da sua falta;

- E-mail, datado de 19 de junho de 2023, do Senhor Deputado António Rui Nogueira, solicitando a sua substituição na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de junho de 2023;

- Ofício n.º 4546, datado de 23 de junho de 2023, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 30 de junho de 2023.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 05/2023, datado de 28 de abril de 2023, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 27 de abril de 2023;

- Ofício n.º 06/2023, datado de 09 de maio de 2023, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão extraordinária de 19 de maio de 2023;

- E-mail, datado de 11 de maio de 2023, convocando o Senhor Milton José Pais Duarte para sessão extraordinária da Assembleia Municipal do dia 19 de maio de 2023, em substituição do Senhor Deputado António Rui Nogueira;

- Ofício n.º 07/2023, datado de 22 de maio de 2023, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 19 de maio de 2023;

- E-mail, datado de 20 de junho de 2023, convocando o Senhor Milton José Pais Duarte para sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de junho de 2023, em substituição do Senhor Deputado António Rui Nogueira;

- Ofício n.º 08/2023, datado de 19 de junho de 2023, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 30 de junho de 2023.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É apenas uma folha que as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados receberam com 9 e-mails recebidos e 6 expedidos. Alguma observação quanto a isto? Também não.

E então, depois da Leitura do Expediente, Assuntos diversos da ordem do dia de interesse para o município. Daria, inicialmente, antes das inscrições, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma exposição sobre este assunto. Faz favor, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Começo por cumprimentar, naturalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Senhora Secretária.

A Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores.

Senhoras e Senhores Deputados.

Senhores Presidentes de junta.
Estimado Público. Caros munícipes.
Colaboradores do município.

Só neste ponto. Antes, naturalmente, dos esclarecimentos e das sugestões, dos pedidos de esclarecimento e informações diversas, quatro pontos breves: Um para a fazer a situação de algumas candidaturas que falamos, temos vindo a falar nas Assembleias Municipais, que tem a ver com a Requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Canas de Senhorim e da Unidade de Saúde Familiar/Centro de Saúde de Nelas, porque, além do edifício da USF de Estrela do Dão de Nelas, há ainda o Centro de Saúde que lhe está associado.

Dizer-vos que decorreu uma reunião com o Senhor Adjunto dom Ministro da Saúde. Há uma reunião. Há mais uma outra reunião em Nelas para ele realizar, uma com o compromisso que ele tem com munícipes para uma sessão com ele próprio. E uma antes com os Responsáveis também das USF,s no âmbito do que é a delegação de competências.

Isto para dizer que é um processo que está em aberto e ao contrário do que foi o processo da descentralização de competências da Educação, onde não houve margem para negociação e a transferência foi fechada e onde há lacunas diversas e muito grandes. Até no sub financiamento do que estava atribuído e estávamos com um diferencial de mais de 85.000,00 euros negativos em relação ao que está nos encargos em relação ao que era o que deveríamos ter recebido, nomeadamente com os vencimentos de Funcionários e que, naturalmente, o Executivo tem que tem que honrar os compromissos, mesmo ficando com este prejuízo em termos financeiros.

O mesmo acontece na Ação Social onde as atualizações dos valores que lá estavam não foram feitas como nós tínhamos falado, mas a Associação Nacional de Municípios Portugueses fechou o acordo e tornou a negociação inviável.

O que não acontece na Saúde, onde, de facto, o que tem acontecido é esta negociação que foi feita, que nos vai permitir, por exemplo, ter 6 Assistentes Operacionais nas duas USF,s do que é do contrato.

A questão que ficou vincada, quer dos horários, mas quando estiver isso no Auto da Transferência de Competências, falaremos sobre isso que tem a ver com o funcionamento da Unidade de Saúde Familiar e o Centro de Saúde, em termos do horário de atendimento e com os recursos humanos e as políticas de substituição do Posto do Corpo Clínico.

No que concerne à requalificação em si, está tudo pronto para, brevemente, no próximo mês, como nós esperamos, com todo o risco que isso possa acontecer, porque há sempre trâmites que pode alguma coisa resvalar. Mas a expectativa que há em nós abrimos já as candidaturas para a requalificação das duas Unidades de Saúde Familiar, tanto a de Nelas como a de Canas de Senhorim.

O mesmo se aplica ao processo de requalificação das Escolas Sedes, tanto de Nelas, como de Canas de Senhorim. Como sabem, o processo foi prorrogado, submissão de candidaturas até Agosto, até 31 de Agosto do ano em curso. E, portanto, nós temos o processo concluído e iremos submetê-lo, muito brevemente, o processo da candidatura que há da Requalificação da Escola Sede. Que muito do que há ainda em discussão é a questão do subfinanciamento do número de Escolas que estão lá contempladas e do reforço que a Associação Nacional de Municípios disse que iria ser feito em sede de PRR.

Dizer-vos ainda sobre dois aspetos relacionados com a água, que o reservatório de água de Nelas estará em funcionamento a partir da próxima semana. Dizer que cogitamos a possibilidade de reinaugurá-lo. E convidá-lo, outra vez, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, já que o inaugurou a primeira vez e não esteve em funcionamento. Agora vamos convidá-lo, desta vez para o edifício entrar em funcionamento.

Dizer que, mais duas anotações, sobre esta questão que me parecem pertinentes. O reservatório de água foi inaugurado em Julho de 2021. E os constrangimentos grandes que havia desde acesso a posto elétrico, desde a questão que havia associada também às terras vegetais, desde o facto de não haver condições para funcionamento desde o facto do espaço não estar dotado de uma infra-estrutura simples como os WC,s, tudo isso foi é feito suprido, menos obviamente, o efeito do equipamento no que concerne a WC,s.

Eu, por acaso, acho muito curioso que, e houve muito, que quem perguntava e questionava a localização do reservatório, o seu funcionamento, o custo elétrico, todas os custos associados, depois pergunte porque é que o equipamento ainda não abriu, quem o inaugurou.

E dizer-vos outra coisa fenomenal. Aquele espaço, aquele edifício, que é uma mais-valia para o Concelho, eu, pessoalmente não tenho dúvidas também nenhumas relação a isso, não é pacífico, até em termos da Sede da Coligação, mas eu sou um defensor daquela valência para o Município. Não naquele espaço, não nos custos energéticos que lhe estão associados. A parte gravítica foi, manifestamente, colocada para segundo plano. As atas, na altura, da reunião de Câmara, estão bem explícitas porque é que aquele espaço foi escolhido.

Mas dizer-vos uma coisa tão simples quanto isto: Uma infraestrutura daquelas para ser posta em funcionamento em Janeiro ou em Fevereiro, que estivesse pronta, que ainda não estava concluída com os problemas todos surgiram, implica duas coisas: Colocar em funcionamento o equipamento que na altura não era necessário, não era, forçosamente, um ato de gestão muito inteligente.

O equipamento vai ser preciso na altura que é, que esta. Infelizmente, com as alterações climáticas que nós temos, cada vez mais é um problema premente da nossa sociedade. E, de facto, os verões vão ser cada vez mais complicados e este também. Inclusivé, vamos ter que levar um Plano de Sensibilização para o consumo de água. Não é uma medida fácil de tomar. Há gente que, se calhar, é capaz de não entender muito isso. Mas temos indicação também do que é a gestão da Barragem de Fagilde, de que vamos ter um ano complicado em termos de abastecimento de água. Os Senhores sabem que o País, mais de 50% do território está em seca severa e, portanto, é um problema nacional e não é, não é só nosso. Mas dizer, naturalmente, que o que é importante é que esteja disponível e na altura onde o equipamento vai ser necessário e isso dizemo-lo com agrado e bastante regozijo nesse sentido.

Ainda sobre a questão da água, dizer uma outra questão: Muito brevemente vai ser lançado o empreendimento do que é uma infraestrutura que achamos absolutamente decisiva. Não só no que era o saneamento, mas no que é do abastecimento de água e de águas pluviais, que tem a ver com a ligação do reservatório antigo da água até à Avenida, até à Rotunda da Fonte Luminosa. Estamos a falar da substituição de materiais que acha que ainda vêm do Estado Novo, que não foram substituídos desde essa altura e que estamos a falar aqui de uma questão de saúde pública.

E, ao contrário do outro equipamento, que era uma decisão, ou uma empreitada que objetivava só uma Freguesia, nesta implica, basicamente, tudo o que é o abastecimento a todos os territórios do Concelho e que é uma iniciativa, um empreendimento, que nós achamos verdadeiramente fundamental e que será, ainda este verão lançado o projeto para aprovação e para abertura de concurso.

Senhor Presidente da Assembleia, obrigado pela oportunidade que deu para esta informação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente agrada-me, particularmente, sobretudo essa última informação porque é, de facto, uma obra extraordinária que vai melhorar a qualidade de vida de toda a

população e eu tenho lutado imenso para que, de facto, essas condutas de fibrocimento sejam substituídas, urgentemente.

A obra irá ser lançada, rapidamente. Custará 800.000,00 euros. O Senhor Presidente depois retificará se não é verdade. E fico, particularmente, satisfeito com o arranque imediato dessa obra, imediato ou logo que possível, uma vez que essas obras, não só de substituição da canalização, mas também da Requalificação da Avenida, vão implicar também que os constrangimentos que existem na Av.ª João XXIII, portanto, devemos procurar aqui algum equilíbrio. Pois, agrada-me, particularmente, Senhor Presidente.

Não sei se já se aperceberam, se o Plenário se apercebeu, que a Mesa não está completa. Estou à espera que chegue a Senhora Deputada Carlinda Pereira. Parece-me que, ou não virá, ou estará muito atrasada. E, então, eu pedia que o Plenário autorizasse a substituição da Senhora Segunda Secretária.

Senhora Deputada Maria Antónia, importa-se? Como, habitualmente, o Plenário não se opõe, pois não?

Então, entraríamos, agora no ponto 1.3 do Período de Antes da Ordem do Dia - Assuntos diversos de interesse municipal. Portanto, Senhores Deputados, façam o favor de se inscreverem para as vossas intervenções e os devidos esclarecimentos. Senhor Deputado André, Senhor Deputado António Borges, Senhor Deputado Rui Costa, Senhor Deputado João Paulo. Quatro. Então, há quatro inscrições. Quem é o primeiro? Não sei quem foi. Faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara, Executivo e restantes Vereadores

Caríssimos colegas.

Caríssimo Público.

O que me traz cá hoje é uma Moção e um Voto de Saudação, que eu vou passar a ler.

"Defender o SNS, dar voz às populações.

Considerando a moção sobre a situação em que se encontram os cuidados primários de saúde no Concelho de Nelas que deu entrada nesta Assembleia.

Considerando que as reivindicações que nessa moção são expressas são de elementar justiça e que as mesmas foram subscritas por mais de 200 pessoas e nascem no seio de preocupações da população do Concelho de Nelas.

Considerando que a Assembleia Municipal de Nelas é um Órgão por excelência que deve representar expressar a vontade das populações do nosso Concelho, assim como dar força às reivindicações das populações, nomeadamente quanto ao funcionamento e a resposta do SNS enquanto garante do direito de acessibilidade a cuidados de saúde, de acesso e cuidados de saúde.

Assim, a Assembleia Municipal de nelas, reunida no dia 30/06/2023, delibera:

1 - Manifestar junto das Entidades de Saúde Pública as legítimas preocupações da população de Nelas expressas na Moção aprovada pela população em 24 de março.

2 - Exigir a rápida colocação de pessoal médico, técnico e operacional em falta no Concelho de Nelas.

3 - Exigir a reposição de valências em falta no Centro de Saúde de Nelas como factor de aliviamento das Urgências no Hospital de São Teotónio, em Viseu.

4 - Reconhecer a importância das estruturas de utentes na defesa do SNS e integrar, conforme prevê a lei, essas estruturas representativas dos interesses das populações na Comissão de Saúde do Concelho nelas, nomeadamente o Movimento Cívico de Nelas. E outras reconhecidas pelas populações.

Nelas, 30 de junho de 2023."

Agora tenho um Voto de Saudação para o Dia Nacional do Bombeiro.

"É de reconhecimento geral o importante altruísta e heróico, o papel dos Bombeiros.

Em Portugal, os Bombeiros são a primeira linha de resposta no socorro e emergência no exercício da sua missão arriscam as suas vidas para salvar a vida dos outros, fazendo jus ao lema "Vida por Vida".

Encontramo-los nas emergências pré-hospitalares, socorro e resgate de vítimas de acidentes rodoviários e outros, transporte de doentes não urgentes, combate a incêndios rurais e urbanos. Prestam ainda outros serviços relevantes para as respetivas populações.

Asseguram missões que constitui constitucionalmente cabem ao Estado.

No entanto, os principais problemas com que os Bombeiros se confrontam, apesar dos inúmeros discursos e anúncios ministeriais, arrastam-se sem efectiva resolução.

As Associações Humanitárias de Bombeiros, em consequência das insuficientes dotações inscritas nos Orçamentos de Estado e do enquadramento legal do seu financiamento das condições em que prestam serviços na área da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, impedindo o pagamento de remunerações justas aos seus profissionais. Nos últimos anos, a situação agravou-se devido à pandemia e agora ainda mais com os aumentos dos preços dos combustíveis, da energia, das taxas de juro de empréstimos bancários para investimentos em instalações e viaturas e de todos os custos, materiais e equipamentos.

A profissionalização dos Bombeiros não pode continuar a significar precariedade, ausência de direitos e baixos salários.

O voluntariado deve ser incentivado, reconhecido e apoiado.

A propósito do Dia Nacional do Bombeiro, em 2023, a Assembleia Municipal de Nelas assinala esta data, saúda e expressa a sua homenagem a todos os Bombeiros Portugueses e da forma particular aos vitimados no exercício da sua missão, fazendo votos para que, na prática, sejam dados os passos necessários para a sua dignificação e valorização."

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Deputado João Paulo. Isto é uma Saudação e uma Moção. Muito bem.

Senhoras e Senhores Deputados, eu não sei se deixamos isto para o fim, para depois votarmos e passamos a segunda inscrição. É melhor, então o segundo Deputado que se inscreveu. Senhor Deputado André.

Senhor Deputado André Borges:

Senhor Presidente.

Senhores Membros da Mesa.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Colegas Deputados.

Estimado Público.

Boa noite a todos.

Eu venho aqui com algumas dúvidas hoje que gostaria de ver esclarecidas se fosse possível. Que, com a abertura da Ponte sobre o Caminho-de-Ferro há ali um desnível muito grande entre as plataformas, assim e a estrada. Inclusive até entrada para uma casa, quase que a estrada passa a meio do portão que dá acesso a entrada dessa casa.

Gostaria de saber porque é que as Infraestruturas de Portugal têm, se tem alguma coisa a haver sobre isso? Se a Câmara tem acompanhado esse processo? Qual é a resposta que tem para dar? Que acho que é uma obra ue vai prejudicar a própria circulação de automóveis pelo desnível tão grande que há entre a ponte e a próxima rotunda logo mais abaixo e a entrada de uma

habitação. É um bocado estranho, aquela questão que, pronto, uma obra nova, que está naquela situação.

Outra questão que eu tenho aqui, pronto, foi até uma questão que houve alguma polémica. Eu, pessoalmente, sempre conheci o espaço como sendo uma rua pública. Não sei se o é? Se não é? Gostava de ser esclarecido, que tem a ver com a pavimentação da rua junto ao novo hotel, estão a fazê-lo em baixo, junto à antiga Biona. E eu sempre pensei pelo espaço, como rua pública, até pessoas que moram cá em Nelas sempre circularam lá com os carros.

Até quando foi na altura do desvio do trânsito ouve lá placas a indicar a indicação por onde o trânsito havia de passar. Não sei se foi momentâneo? O que é que se passou? E o que é que está referenciado no próprio projeto se a pavimentação seria a cargo do dono da obra? Ou se seria a Câmara que iria pavimentar a estrada?

O que é que se passou este ano? Houve falta de organização? Não sei. Pela falta de limpeza por todo o Concelho a nível de ruas, a nível de espaços verdes, o descuido total que há a nível de embelezamento do Município. Foi mau demais de andarmos pelas ruas todas do Concelho e vemos aquelas situações cheias de ervas. Pronto, aquela questão de, pronto, não sei se foi falta de gasolina, se foram as motorroçadoras que estavam avariadas, pronto, não sei.

E gostaria também de saber agora outra questão. Com o aumento do custo de vida e até porque o próprio lazer, não sei como é que está a horta comunitária aqui em Nelas. Sei que é um espaço próprio que foi adjudicado para a sua implantação. Não sei se há inscritos? Se não há? Gostaria de saber também até que ponto, qual é o sucesso deste projeto.

Em relação também aos próprios circuitos pedestres que existem pelo Município, se estão todos bem conservados? Quem é que é o responsável pelo seu estado de conservação?

E voltando e pegando na questão, lá debaixo, das Caldas da Felgueiras, pronto, não sei se já chegaram a acordo com o dono do local, ou não, porque há um circuito que está dado, já vem de antes, não tem a ver com este Executivo, como é óbvio, mas vem de antes, um circuito estar fechado com um portão.

Não sei se vamos falar no ponto 2.3 ou não, mas gostaria de saber o que é que se passou para terem retirado, tentar retirar um ponto de votação, sendo proposto pelo Executivo e não ter conseguido tirá-lo e depois irem votá-lo contra. Não sei se vamos lá nesse ponto na Ordem do Dia ou não. Mas, se pudesse dar uma pequena explicação sobre aquilo que se passou, gostaríamos de perceber.

Para acabar, era, apenas, um comentário pessoal que, embora totalmente legal, nada contra, acho que os ajustes diretos que poderiam ser feitos com uma, não é transparência, não é isso que quero dizer. Mas que pudessem ser feitos com um concurso. Pronto, que pudessem ser feitos com um concurso para tirar qualquer dúvida, porque assim não estamos a falar de ilegalidade, não estamos a falar nada disso. É só para evitar certos comentários que surgiram nesse sentido que não abona nada para todos os intervenientes que, não pondo em causa nada, nem a nível profissional, nem a nível pessoal. Pronto, acho que a nível ético.

Pronto, era tudo por hoje.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Deputado. Como, habitualmente, o Senhor Presidente da Câmara, depois, no final, prestará todos os esclarecimentos. Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado António Borges:

- Senhor Presidente da Assembleia.

Ex.m.ª Mesa.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados Municipais.

Exm.º Público.

Muito boa noite.

Um dos motivos que me traz aqui foi um contacto que eu recebi foi um contacto que eu recebi do Movimento Cívico do Concelho de Nelas que me pedia, me endereçava e me pedia para apresentar uma moção que, até certo ponto, já foi aqui abordada pelo Senhor Deputado João Paulo.

Mas, uma vez que ele disse que quem é que propunha, vou pôr à discussão e à votação, a moção que me foi enviada, que no fundo, não é mais, nem menos que aquela que o Senhor Presidente da Assembleia já trouxe numa sessão que não sei por quê, o Senhor Deputado Rui Costa inviabilizou, dizendo que isso é apresentado por um Elemento da Assembleia, como que o Senhor Presidente da Assembleia não fosse Elemento da Assembleia. Mas isso já é um problema que diz respeito a vocês dois e não a mim.

Mas, pronto, deixando isso de parte, eu passava a Ler a Moção que me foi enviada com pedido expresso de ser apresentada, uma vez que o grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve a moção, portanto, a ser apresentada. E a moção diz o seguinte:

MOÇÃO

A população do Concelho de Nelas, reunida em sessão pública convocada pelo Movimento Cívico do Concelho de Nelas, no dia 24 de março de 2023, no Edifício Multiusos de Nelas, para debater a Importância do Funcionamento dos Serviços de Saúde no Concelho, decidiu:

1 - Manifestar junto das Entidades responsáveis da Saúde, Ministério da Saúde, A.R.S.C0. e ACESDão as suas legítimas preocupações sobre o funcionamento das USF,s do Concelho, bem como a suspensão do funcionamento das Urgências Médicas do Centro de Saúde de Nelas, - o que tem criado maior dificuldade no acesso aos Serviços de Saúde por parte dos Utentes deste Conselho.

2 - Manifestar junto da ACESDão a celeridade na colocação do Técnico Administrativo e do Enfermeiro em falta na USF Estrela do Dão, bem como a necessidade de a mesma ser contemplada com o Médico de Rotatividade nas baixas médicas dos respetivos Médicos - de forma a impedir a saturação de trabalho de tantos colegas, o que poderá levar ao cansaço e esgotamento dos mesmos, pondo em causa a sustentabilidade dos Serviços e prejudicando os Utentes nas suas consultas.

3 - Manifestar a importância das instalações no Centro de Saúde de Nelas - que, no passado, serviram para internamento e até maternidade - estando hoje ao abandono em prejuízo dos Utentes, quando podia servir de retaguarda do Hospital de São Teotónio.

4 - Manifestar a importância da colocação de valências no Centro de Saúde, que venham a beneficiar a população em geral.

5 - Manifestar a total disponibilidade da População do Concelho de Nelas para continuar a lutar pelos Direitos e Serviços através escritos, não se aceitando que a pandemia do COVID 19 continue a ser argumento para a retirada, nomeadamente dos Serviços de Urgência.

6 - Mandatar o Movimento Cívico do Concelho de Nelas, que vem desenvolvendo seu trabalho em prol da saúde dos Utentes do Concelho desde 2005, para ser representante da população na Comissão de Saúde do Concelho, conforme previsto na Lei.

Nelas, 24 de março de 2023.

A População do Concelho de Nelas reunida em Sessão Pública."

E é subscrita por cerca de 200 pessoas. Portanto, eu tenho aqui apenas a segunda folha, mas foram-me enviadas mais 8 páginas que eu não imprimi porque parece-me que o Senhor Presidente tem, uma vez que da outra vez tinha a Moção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Só tenho o texto.

O Senhor Deputado António Borges:

- Só tem o texto? Então eu posso mandar, ou o Senhor Minhoto se fizer o favor de mandar à Assembleia as restantes. Então tenho aqui 2 folhas, só as primeiras do texto e essa assinatura daqui. O resto não imprimi porque julguei que o Senhor Presidente tinha as outras. Pronto, todos têm a Moção que nós decidimos apresentar a pedido do Movimento Cívico do Concelho de Nelas.

Já agora, não vou falar das ervas e da limpeza porque o Senhor Deputado André já o fez. Mas há uma coisa que me anda a preocupa. Já aqui trouxe a esta Assembleia, pelo menos, duas vezes, que é um pseudo Parque-Infantil na Quinta das Flores, muito pertinho da minha casa, que está quase há 2 anos para ser concluído e está pelo menos há 1 ano sem ter feito, absolutamente, nada, a não ser ver crescer as ervas. Até os suportes para os baloiços já têm quase ervas da altura deles

Não sei, francamente, o que é que se passa com aquele Parque Infantil. Dentro de dias, alguém me disse: Pede ao Presidente da Câmara o contacto da ASAE, que ele deve ter da outra vez e manda e para mandares lá alguém verificar. Não sei qual é e que é que foi, acho que a coisa.

Portanto, portanto, quanto ao empréstimo, uma vez que ainda não foi dito se era retirado, se não era retirado, vou-me abster de falar nisso agora.

E ficava-me por aqui, se não aparecesse aqui uma situação nova, que é a reinauguração. Francamente, nunca tinha ouvido falar numa reinauguração. Pensava que, na verdade, nem existia. Agora, se, de facto, o grande reservatório foi inaugurado em 2021 por um Membro do Governo, com condições de funcionamento ou não? É uma questão que temos que pôr de parte, neste momento não me parece, não me parece, mas isto é o que eu, me parece, não me parece, nem oportuno, nem ético, nem politicamente correto, ir chamar outro Membro do Governo para vir. É o mesmo? Para vir reinaugurar um grande reservatório que já deveria estar a funcionar há muito tempo.

A mim parece-me que esta reinauguração serve um pouco para camuflarem a inoperância destes 2 anos. Portanto, o que me parece, faltava lá uma baixada, faltava lá uma terra, faltava lá uma casa de banho. E andamos à volta disto há quase 2 anos. Claro que, neste momento, já não há hipótese de encher o depósito, porque toda a gente foge e eles não têm água para nos dar. Portanto, isto, parece-me que serve um pouco para camuflar essa situação que nos poderá sair muito cara. Espero bem que não. Que não venha a faltar água no Concelho de Nelas nesta fase.

Não sei o que é que o Senhor Vereador disse, mas dispenso os comentários.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não há comentários do Público. Não chegou a vez do Público. Não há comentários. Não deve fazê-los. A mim, compete-me manter a ordem e a disciplina, portanto, não há comentários, nem dos Senhores Vereadores, nem do Público. Chegará a devida altura para o fazer.

Muito obrigado. Pode continuar.

O Senhor Deputado António Borges:

- Eu vou-me ficar por aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Ó Senhor Deputado, faça-me o favor chegar a moção, porque eu não tenho a minha do dia 27 de abril. Está bem?

Olhe, não sei se foi se conjugam as duas na mesma? OU se se subscrevem uma na outra. Depois logo vemos quando for para votar, está bem?

O Senhor Deputado António Borges:

- Estão ali a dizer para as separar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Para separar as duas. Pronto. Tudo bem. Então a intervenção do Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhora Vice-Presidente.

Senhores Vereadores.

Senhoras e Senhores Deputados.

Senhoras e Senhores do Público.

Iniciava a minha intervenção com uma pequena retificação e esclarecimento. O que o Deputado Rui Costa disse e que pediu para não ser votada uma moção que foi aqui apresentada, apresentada não. Veio no Expediente, veio no Expediente da Assembleia Municipal. E como percebem, imaginem quantas moções não aparecem no Parlamento se todos, se todas as Moções tivessem de ser votadas. As Moções aqui só são votadas quando são apresentadas por um Grupo Parlamentar. E eu na altura, disse que uma moção de expediente não Poderia ser votada.

Eu não estou contra a Moção, até sou favorável às Moções que foram aqui apresentadas e irei votar favoravelmente. Agora foram apresentadas pelos Grupos Parlamentares eleitos na Assembleia Municipal. Isto fique bem claro.

Outro ponto que foi aqui levantado e, aí pedia, realmente, algum esclarecimento à Câmara Municipal porque, normalmente, quando são feitos loteamentos, os loteamentos são feitos e são assumidas as infraestruturas por parte de quem faz o loteamento que, normalmente, são os particulares.

Depois desta situação, por muitas das vezes, a Entidade que faz o loteamento não faz as infraestruturas. É exigido, ou um depósito, ou uma hipoteca de um de um lote, ou de dois, para ser salvaguardada depois as infraestruturas finais, porque senão normalmente vinham sempre cair à Câmara municipal.

Acontece que, aí numa situação de um loteamento, mais propriamente do Hotel Puro Dão, gostaria de saber, realmente, o que é que se está a passar, porque num caminho que, hipoteticamente, seria do domínio público, atualmente, estão lá umas pedras, teremos que averiguar se, realmente é privado e se é privado, há loteamento, ou não há loteamento. Se há loteamento, quem vai fazer as infraestruturas? Se foi salvaguardada, realmente, alguma hipoteca? Alguma hipoteca de algum lote, ou de vários lotes? Segundo parece, até foram vários lotes. Eu gostaria um pedido de esclarecimento a essa situação.

Outro ponto seria, vivemos o Dia do Município, recentemente. O dia que antecedeu com as Festas de Santo António e procedeu com as Festas de São Pedro. Realmente, dar aqui uma palavra de apreço a todas as Associações que estiveram, que foram intervenientes nestas Festas, nestes arraiais, que trazem gente ao Concelho. Em Canas de Senhorim, as Associações do Paço e do Rossio. Em Nelas, o Cimo do Povo e o Bairro da Igreja. E também um voto especial de cumprimento aos Bombeiros Voluntários porque, normalmente o dia 24 é dedicado aos Bombeiros Voluntários. E então, realmente, eles também merecem o nosso muito obrigado.

Só mais dois apontamentos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ai, não terminou?

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Não, não.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Peço desculpa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Numa das anteriores intervenções foi aqui falado por causa de um ponto que eu acho que devemos e eu pedia depois ao Senhor Presidente para esclarecer sobre isto, se vai retirar, ou não, mas fala-se aqui em meias palavras. Fala-se aqui empréstimo. Isto não é um empréstimo.

A que dizer as coisas como são - Apreciação e votação da Contratação de Empréstimo de Substituição de Dívida.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, peço desculpa, mas esse ponto vai ser retirado, está bem, quando eu chegar lá, já explico.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- É só para dizer que não é um empréstimo. É um empréstimo de substituição, é uma renegociação, digamos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Esse ponto é para retirado da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Depois é assim: Há coisas que se dizem, que as pessoas não se lembram. O reservatório devia estar a funcionar? Eu pergunto, o Senhor era o Presidente desta Assembleia, o reservatório estava a funcionar? Ai, claro que não. Então inauguram uma coisa que não funciona, como é óbvio.

E disse-o aqui bem. Realmente falhava as terras. A baixada elétrica não estava como deve ser. Sabe o que é que isso implica? Implica logo a inoperância do sistema. Com falhas graves. Porque houve várias falhas graves para o equipamento e para as pessoas, principalmente porque as terras são de proteção a pessoas. Ou, agora queria matar funcionários da Câmara, do Município?

Olhe, Senhor Deputado Professor Borges, peço-lhe que, realmente, quando diz essas coisas, que as fundamente e que não as atire para o ar, porque, realmente, não é uma reinauguração. É uma inauguração porque a outra não existiu, foi falsa, foi falsa. Diga às pessoas realmente o que é que se passa. Ou, agora, lança a primeira pedra e diz que já tem a casa feita?

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos das quatro intervenções.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Vaz.

Só então, tentando responder ao que me foi solicitado, eu começaria por, naturalmente, apesar de não ter sido pedido nenhum esclarecimento à Câmara, mas de qualquer maneira, são dois temas bastante sensíveis. Aproveitava só para dizer duas notas muito breves.

No que concerne à Moção da Saúde, no que foi no processo de negociação, foi referenciado muitas vezes a mesma coisa. Nós estamos a falar de dois paradigmas diferentes, obviamente

Uma coisa, o mais importante, é o socorro às populações. Quando digo isto é o apoio de Saúde, é o Corpo Clínico, haver Médicos, haver Enfermeiros, haver Assistentes Técnicos, Colaboradores, abrir as consultas, as pessoas não esperarem. Que é o que nós dizemos tudo o que é na concepção geral de Saúde.

Mas o edifício em si nunca pode ser posto em segundo plano. Eu acho que as duas coisas vão ser ao mesmo tempo. Se nós tivermos um bom Corpo Clínico, ou um bom funcionamento e não termos instalações condignas que sejam funcionais, que sejam cómodas, que permitam que as pessoas tenham conforto e qualidade de atendimento, também não é a mesma coisa. E foi-nos dito, basicamente, isto: O que o que está no PRR em termos de CIM Viseu Dão Lafões, o Concelho que teve a maior dotação orçamental foi o Concelho de Nelas para a requalificação do espaço.

Eu acho isso, particularmente, significativo por duas questões: O que nós estamos a falar aqui é, no que é a delegação de competências, ou se faz empreitada agora, ou nunca mais se vai fazer. O nunca mais vale o que vale, também é verdade. Mas e também, independentemente, de abrirmos a empreitada não é seguro que haja candidatos. Tivemos a questão da reutilização da água que só à quarta tentativa é que apareceram candidatos.

E, isso é um receio maior que nós temos. É haver uma linha de financiamento que é custeada a 100%, que o IVA, depois, é comparticipado através do que está dotado em Orçamento de Estado, uma oportunidade imperdível. Mas não deixa de ser importante também outra coisa, que há um compromisso que há com o adjunto do Senhor Secretário do Senhor Ministro da Saúde. Que é o acelerar da passagem do modelo A a modelo B.

Trocar por miúdos, rapidamente: A passagem do modelo A ao modelo B vai permitir fixar os Clínicos de uma forma mais efetiva. Isso tem a ver com a parte financeira. O modelo A do financiamento tem uma ficha técnica, digamos assim, de pagamento dos Médicos, dos Enfermeiros e dos AT,s, dos Assistentes Técnicos. A passagem ao modelo B é o desejo de todas as USF,s porque vai permitir aumentar até 40% o que são as remunerações. Mas para isso eles têm que ter uma carteira, que é o número de clientes que têm, ou seja, trabalhar por objetivos para chegar aí.

Mas para combater o que é a fixação de Médicos há este desiderato grande do Ministério da Saúde e do Adjunto do Senhor Secretário de Estado e muito bem, em passar as USF,s do modelo A para o modelo B, que vai permitir fixar Clínicos, claramente.

No que diz respeito ao Voto de Saudação aos Bombeiros também nos associamos também a essa questão. Dizer, até sobre as questões, até de financiamento e das dificuldades, dizer duas coisas, só três notas muito breves. Recentemente foram assinados os protocolos de apoio com os Bombeiros Voluntários, tanto com os de Canas de Senhorim, como com os de Nelas e nós, neste momento, uma das primeiras medidas que fizemos em termos deste Executivo, foi criar a segunda Equipa de Intervenção Permanente. Comprometemo-nos a isso até antes do tempo e fizemo-lo. Tínhamos o compromisso de criar isso na segunda metade do mandato e fizemos isso logo imediatamente no primeiro mandato.

Está ali, um Ex-Dirigente de uma Corporação, a abanar com a cabeça que sim, que foi mesmo o que aconteceu também por pedido os Bombeiros e bem e nós, neste momento, temos 20 profissionais, Homens e Mulheres, Bombeiros Voluntários que, permanentemente, estarão disponíveis para o socorro às populações e isso é claramente uma mais-valia. E esta segunda EIP foi uma aposta deste Executivo.

Recuperámos também, que já não havia desde 2019, o apoio a outra componente, o que era o apoio financeiro. Havia um entendimento e bem, do que era o apoio financeiro na ordem dos 65.000,00 euros, 40.000,00 euros para a reabilitação para obras e reabilitação de equipamentos e de viaturas. E havia 25.000,00 euros que seria a parte operacional do socorro às populações e dos incêndios. Depois fez-se uma leitura e bem. As EIP,s não deixam de ser dos Bombeiros Voluntários, mas são ao serviço das populações. Ou seja, os Bombeiros Voluntários não podem ser penalizados com o facto de ter duas EIP,s, porque as duas EIP significam 83.000,00 euros do Orçamento Municipal. Ou seja, cada Corporação tem um esforço financeiro, eu diria, um

investimento da Autarquia, na ordem dos 83.000,00 euros para Canas de Senhorim e 83.000,00 euros para Nelas. Mas nós achamos que, independentemente disso, estes 25.000,00 euros EUR é um apoio que nós fazemos para aquisição de viaturas e para o funcionamento do que a Tesouraria do quotidiano difícil dos Bombeiros Voluntários.

Terminar sobre esta parte, que também é importante. O apoio ao altruísmo, diria que é um Agradecimento e Reconhecimento, não é deste Executivo. Acho que é dos munícipes do Município e de todos os seus territórios e de todas as populações para os Bombeiros Voluntários, que é uma instituição, claramente, que todos nós temos que estimar e apoiar. E neste apoio, vai ser lançado, brevemente, porque é em consulta pública, o Regulamento de Apoio ao Bombeiro.

Entre outras medidas, ao que é o Corpo Ativo, vão ser atribuídos apoios no que é no IMI, para quem é proprietário e para quem não é proprietário em termos do que é os consumos de água e saneamento também, no mesmo valor paritário, para incentivar os Jovens Bombeiros a fixar-se no que serão as Bolsas de Mérito, as Bolsas de Estudo que vamos dar na quem prosseguir estudos, serão tipificadas uma Bolsa para cada uma das Corporações para atribuir aos Jovens Bombeiros Voluntários, para os apoiar a prosseguir estudos e, de alguma forma, cativarmos novos Bombeiros. Acho que também, não tenho sido uma questão, ou alguma coisa que tenha sido colocada, Senhor deputado João Paulo, julgo que, no que informa o que é o seu Voto de Saudação, também fazia sentido dar-lhe essa indicação.

No que diz respeito ao Senhor Deputado Municipal André Borges sobre a questão da Ponte Férrea, do tabuleiro da Ponte sobre a Linha Férrea no sentido Nelas - Seia. O projeto, nós já falamos aqui algumas vezes e o Senhor Deputado deve ter ouvido isso, digo eu. Espero que não se tenha esquecido, mas foi dito aqui várias vezes e volto a relembrar o que era o projeto que estava da IP foi o projeto que nos apareceu como projeto assumido pela IP.

O que não quer dizer que não tenha sido feito. Eu gosto pouco de demagogias neste sentido. Eu não ponho em causa que o Executivo anterior, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, tenham feito todos, isto não me parece que tenha sido outra maneira, todos os esforços, diligenciados todos, as responsabilidades no sentido em que muitas coisas fossem contempladas no que fosse o projeto definitivo de implementação da empreitada. Não tenho uma única dúvida disso. Mas o que é certo é que, em termos do que é o projeto final da IP, tem muito pouco.

Não tem a travessia, por exemplo, não está acautelada a travessia da questão de uma Passagem Superior ou Inferior, mas isso ainda tem custos bastante elevados, na Lapa do Lobo. A questão, na Urgeiriça, porque já havia, no entendimento da IP, uma infraestrutura que nós falámos que há ali uma questão da mobilidade de pessoas com constrangimentos de mobilidade, de pessoas com idade mais elevada. É isso, é neste momento, que nós também andamos a discutir com o IP. O que não quer dizer que consigamos chegar a bom porto, entre outras questões e outras mais-valias que nós solicitámos que fossem feitas, inclusive o que é pavimentação obrigatória, porque o Dono de Obra são eles, do que decorre da Rua Alberto Vilhena, que é uma questão complexa e que tem sido bastante discutida. Ou mesmo, do que é na Lapa do Lobo, no Folhadal e outras, do que são estaleiros, o que eles degradaram em termos do que é a rede viária.

Para ser mais sintético. Peço desculpa, com certeza. Tem razão, Senhor Presidente.

Aqui a questão do desnível, não sei se é muito correto falar disso. Está aqui o Municipe que abordou a questão, que pode constatar que foram realizadas reuniões, quer com o Dono de Obra, com a IP, quer com o Empreiteiro, o consórcio Sacyr Somague, no intuito de resolverem a situação.

Bem falámos também há pouco que havia o compromisso de resolver o problema e até agora o problema não foi resolvido e nós continuamos a pugnar que seja resolvido, por duas

questões fundamentais. Primeiro, obviamente, seja qual for o Municipe, neste e noutros, também, o que era um dado adquirido da habitação que lá está não pode ser prejudicado pelo acesso à habitação com uma empreitada, nem que seja do Foro Público e Nacional. Não se pode fazer tábua rasa do que são as responsabilidades. E, naturalmente, continuaremos a pugnar nesse efeito, como o Municípe que o senhor André Borges referenciou, pode ele próprio constatar também isso.

No que concerne à pavimentação do Hotel Puro Dão dizer duas, ou três coisas que são importantes: Há um processo, o Senhor Deputado Rui Costa falou, de alguma forma, em algumas questões que têm a ver com a informação também, que já paira há muito tempo. Há muitas informações na Câmara. Isto remonta a um processo de 2002, para nós vermos a complexidade da situação.

Houve um processo de loteamento que não foi concretizado no seu todo. Houve uma insolvência. Houve questões que têm a ver que decorrem da insolvência com a titularidade dos lotes e depois com as contrapartidas. Há informações nesse sentido. Desde 2002 até agora, o processo foi-se arrastando e, neste momento, mesmo a própria parte do que é o artigo hipotecado a favor do município, tem lotes que estão pertencentes, atualmente, por exemplo, ao Novo Banco, às próprias Construções Baheva, em liquidação da massa de insolvência. E depois, alguns particulares, pela Proteção de Dados, se não se importarem, não vamos invocar isso.

Os lotes em questão, dos Serviços, que decorrem, são do lote 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. E por forma que os lotes que ainda não foram liberados possam servir de garantia à execução das obras de urbanização, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no Alvará de Loteamento número 6, de 2002.

Dizer o que é a definição de Caminho Público: Um Caminho Público é um caminho que está a assumir Público, um caminho fazendeiro, um caminho onde as pessoas se habituavam a circular. Não deixa de ser um, no mínimo, curioso, o que era assumido como um Caminho Público tenha sido barrado à circulação com a colocação de perdas a montante e a jusante do próprio espaço, situação que nós pedíamos, obviamente, aos Serviços para averiguar e emitirem uma Nota sobre o decorrido.

Independentemente de se tentar arrastar-se isto para uma discussão do que é um apoio, ou um não apoio e enviesar o que é a legalidade e a Constituição e a defesa do Erário Público, são questões que ficam com quem as pratica. Nós estamos de consciência tranquila no que é a salvaguarda do interesse público, das soluções que foram tentadas chegar a bom porto e que depois, há última da hora não foram concretizadas, na totalidade, pelos Parceiros. Eu não gosto muito de fulanizar. Diria que o que aconteceu foi que o Município se predispôs para resolver a situação também e que disse que o faria no que é o enquadramento legal do próprio Município.

No que concerne às limpezas públicas, o que nós dissemos em reunião de Câmara, fazemos rigorosamente o mesmo aqui. Dizer que as limpezas públicas estão a correr bem não era intelectualmente honesto. Não vale a pena. Não vale a pena dizer que não. Nem vale a pena dizer, também o disse em reunião de Câmara, que decorre do que são as alterações climáticas, decorre do que se passa nos outros concelhos. Nós também andamos pelos c outros concelhos. E também vemos o mesmo. Agora também é verdade e também o disse, em reunião de Câmara, não é por o Quintal do vizinho estar mal que nós justificamos que o nosso não está bem.

E também decorre do que é o esforço que foi feito também de alguma forma resolver isso. Não estamos contentes, nem achamos que esteja tudo bem, mas achamos que estamos no bom caminho, quando foi possível também. E nesse aspecto não nos coibimos, nem nos pomos de fora, naturalmente, à crítica, ao recomendar e ou ao opinar a dizer que podia ter corrido melhor e podia ter sido melhor? Sim, apesar de tudo, os constrangimentos financeiros que há e em particular com este problema que vamos ter cada vez mais das alterações climáticas, não é um

assunto que seja fácil de resolver. Agora, obviamente, que nós achamos que há margem para fazer melhor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não. Havia aqui aa questão só dos circuitos pedestres.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É que ultrapassamos há muito o tempo disponível para este Período, que são 60 minutos. Mais 2 minutos, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito bem. Os circuitos pedestres estão bem conservados. Como o Senhor Deputado sabe, foi feita a intervenção no ano passado. Os circuitos estão certificados e estão conservados. Precisam, também, naturalmente, como todos, de alguma manutenção, mas como sabe e bem, porque sei que frequenta, sabe que são certificados. Foram limpos pela primeira vez e estão prontos a funcionar, a precisar, naturalmente, de alguma manutenção.

Caldas da Felgueiras, dizer-lhe que o acesso ao portão fechado, o Senhor Deputado sabe que é uma questão que se arrasta há um tempo e que este Executivo também tenta, de alguma forma, fazer alguma coisa. Mas vamos ser directos: Nesta medida, estou com ciência tranquila. Se algum dia quiser explorar isto de outra maneira, Senhor Deputado, estou cá para lhe responder quanto a isso.

No que concerne ao Senhor deputado António Borges e também tem a ver com a consciência quando disse que o Parque Infantil da Quinta das Flores, não é há dois anos. E decorre do que é também, ó Senhor Deputado, eu não ponho, eu escondo por baixo do tapete. Eu sou, quando as coisas estão mal, vou fazer o quê? Vou dizer que não a uma coisa que é uma evidência?

Mas eu sei outra coisa, Senhor Deputado, é que o Senhor Deputado sabe o que é que se passou com aquele loteamento também. Não sabe? Pronto. Permita que lhe diga uma coisa: Eu estava habituado a vê-lo sempre, não quer dizer que seja o contrário, com lisura nos comentários. Aquele comentário que fez, dando a entender que podia ter sido eu o queixinhas da ASAE, deixe-me que lhes diga, Senhor Deputado, não lhe reconhecia, não lhe conhecia essa faceta, porque o Senhor Deputado sabe que eu não funciono assim.

Eu tenho virtudes e defeitos como toda a gente. Queixinhas, não sou. Eu sei que tentaram empurrar isso, mas pode estar tranquilo quanto a isso. Até mais: Desafio-o a si e à Bancada do Partido Socialista, a quem quer que seja, a verificar isso com a ASAE. Quando tenho minha consciência tranquila, tenho a minha consciência tranquila. E sim, deixe-me que lhe diga, ó Senhor Deputado, até podia ser qualquer outro Membro da sua bancada, mas o Senhor Deputado falar do reservatório da água, quando o reservatório da água foi inaugurado por si? E sabia que não estava a funcionar e vir falar disso. Ó Senhor Deputado, não leve a mal, mas pode toda a gente falar sobre isso, o Senhor Deputado, não, nem o Partido Socialista.

Inauguraram uma Valência, que sabiam que não estava em funcionamento. Os Senhores sabiam isso, claramente. E agora nós falamos e já até por causa de outra questão, que é desde o que lá estava até agora, o Investimento do Erário Público é cerca de 70.000,00 euros a mais para conseguir que o equipamento esteja a funcionar e deixe que lhe diga.

Ó Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu dispenso as chiarribas da Assistência.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu vou dizer aqui uma coisa ao Senhor João Rego. Sabe que o Presidente da Assembleia Municipal não tem bomba atómica, mas tem uma ogiva. Eu posso interromper a

Assembleia para manter a ordem. Bem. Mas a que propósito é que há Intervenção do Público nesta altura?

Então, espere lá. Deixe decorrer os trabalhos com normalidade.

Bem, os Trabalhos estão interrompidos por dois minutos para manter a ordem.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Olhe e respeito, Senhor Município João Rego, deixe-me que lhe diga uma coisa: Durante a minha intervenção toda, diga se é verdade ou mentira, passou o tempo todo a conspurcar.

Então, o Senhor Municípe não respeita o Senhor Presidente da Câmara e depois fica ofendido? É isso? Fez pior que isso, desrespeitou completamente. Bufou. É mentira? Então, pergunte. Esteja à vontade. Quer-me perguntar? Pergunte-me à vontade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode concluir. Vamos dar continuidade aos trabalhos e pedia ao Senhor Presidente da Câmara que concluísse a sua exposição, está bem?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Quanto ao facto, só para terminar esta parte do que disse o Senhor deputado António Borges, a parte da água, ou seja, do reservatório, funciona com um fluxo contínuo de água. A água para lá é distribuída. Portanto, a questão que colocou, não é completamente verdade porque o próprio reservatório em si, entra a água e flui água e distribui água. É um distribuidor de água.

No que disse o Senhor Deputado Rui Costa sobre a questão da substituição da dívida, não sei, Senhor Presidente da Assembleia quer deixar isso depois para o ponto, em vez de falar agora, está bem? Isto pode ser concluído.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Concluiu por agora? Muito obrigado. Faz favor Senhor Deputado. Estamos atrasadíssimos.

O Senhor Deputado António Borges:

- Então pronto. Era só para um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. Portanto, ele garantiu. Estava eu a dizer que era só para me retratar perante o Senhor Presidente da Câmara por aquela boca que eu mandei da ASAE, porque ele disse-me que não foi ele que de facto chamou a ASAE. E eu tenho que acreditar naquilo que ele me diz, embora estivesse convencido que tinha sido. Mas, se não foi, as minhas desculpas pela boca que eu mandei.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está registado. Pediu desculpa. Muito obrigado.

Então, para encerrarmos este ponto, ainda temos que apreciar e votar as duas moções, parece que separadamente.

Em primeiro lugar, a Moção sobre o Serviço Nacional de Saúde do Senhor Deputado João Paulo. Não sei se alguém se queira associar a esta moção? Ou se é, exclusivamente, dele? Parece que querem votá-las separadamente. Tudo bem. Então, não há considerações sobre ela. Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada por unanimidade.

A segunda moção apresentada pelo Senhor deputado António Borges, ou pelo seu Grupo. Não sei. É igual. Alguém se mais quer associar a ela? Parece que não. Então, quem se abstém? Uma abstenção do Senhor Deputado João Paulo Almeida. Quem vota contra? Então, está aprovada apenas com uma abstenção.

Então podemos encerrar aqui este Período de Antes da Ordem do dia. Passaremos ao segundo Período, que é o Período da Ordem do Dia.

Como sabem, nos termos do Artigo 19.º, número 2, do Regimento, compete ao Presidente fazer uma informação muito sucinta sobre cada um dos pontos.

A primeira é a informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal desde a última Assembleia até hoje.

A segunda é a apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra os Incêndios de Nelas de 2022 até 2031.

O ponto número 3 é retirado da Agenda de Trabalhos, que era a apreciação e votação da contratação do empréstimo de substituição da dívida, chamado contrato de novação, em que se juntam todos os empréstimos num só e negociando, naturalmente, novo período de carência, com melhoria de juros. Este ponto acabou por ser reconsiderado no dia em que é assinada a Ordem de Trabalhos. Ela é assinada de manhã, por mim e à tarde, na Sessão de Câmara entenderam, segundo me consta, reconsiderarem este ponto, pedirem novas propostas, apreciá-las e voltará aqui mais tarde. Não é nada disso? Muito bem. Então o Senhor Presidente da Câmara explicará depois.

E o último ponto, que é a apreciação do Relatório de Execução do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação de Nelas, apenas para conhecimento.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.mos Senhores Membros da Assembleia
Ex.mos Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de maio de 2023, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias.

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas;

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente;

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas;

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas;

Execução de trabalhos nos JI e do 1º CEB do AE de Nelas;

Execução de trabalhos nos JI e do 1º CEB do AE de Canas de Senhorim;

Reunião com o empreiteiro da empreitada do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar-CAVES”;

Reunião com o empreiteiro da empreitada da Área de Acolhimento Empresarial de Nelas - Lote 2;

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Atualização de aplicações do ERP Airc;

Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;

Atualização de software e firmware da storage.

Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas.

Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos.

Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático.

Resolução de 1132 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Continuação o Projeto de Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões, com a colaboração da empresa SMART VISION.

Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas e os espaços de cidadão de Canas de Senhorim e de Santar realizaram 3673 atendimentos.

SERVIÇO DE DESPORTO

Deu-se continuidade ao projeto "Crianças em Movimento…", direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora. No total estão envolvidas aproximadamente 300 crianças do concelho.

Deu-se continuidade à disciplina de Atividade Física e Desportiva (AFD) inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), direcionada a todos os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico. Esta atividade decorreu nos recursos espaciais disponíveis no município para este fim, sendo eles: o Pavilhão Desportivo Municipal, os recursos espaciais do Centro Escolar e as Piscinas Municipais Cobertas.

Realizou-se o projeto "Andebol4Kids" em colaboração com a Associação de Andebol de Viseu, onde participaram os cerca de 440 alunos dos AE de Nelas e de Canas de Senhorim. É um projeto desportivo que decorre por várias fases que se desenrolaram ao longo de todo o ano letivo, nas instalações desportivas do Centro Escolar de Nelas e no Pavilhão Desportivo Municipal. Nas instalações do Estádio Municipal, nos dias 27 e 28 de abril, decorreu o torneio Inter-turmas para as turmas 3º e 4º ano dos Agrupamentos de Escolas de Canas de Senhorim e de Nelas respetivamente. O Torneio Interconcelhio, decorreu em Mortágua a 20 de maio, com a participação de 4 equipas dos agrupamentos de Escolas do Concelho que competiram em torneios masculinos e femininos.

A convite do Lar São Domingos de Canas de Senhorim, os técnicos do Serviço de Desporto, no dia 06 de abril, deslocaram-se ao respetivo Lar a fim de realizar uma aula de Atividade Física com os seus utentes e desta forma assinalar o Dia Mundial da Atividade Física e a sua importância na qualidade de vida de todos.

Durante o período a que se refere esta informação, toda a atividade relacionada com as piscinas Municipais Cobertas decorreu dentro da normalidade até ao dia 25 de maio, que teve de encerrar após recebermos os resultados das análises, por exigência da delegada de saúde, foi necessário cancelar todas as atividades desenvolvidas nas piscinas cobertas, até os parâmetros de qualidade da água normalizarem e a água estar própria para os fins a que se destina.

A equipa da Pré-competição participou em duas provas do Circuito Municipal de Escolas de Natação: a 22 de abril em Castro Daire e 13 de maio em Vila Nova de Paiva.

Os alunos da escola municipal de natação, nomeadamente os alunos do grupo CJAVAN (que irá constituir na próxima época desportiva a equipa da Pré-competição) participaram numa prova do Torneio Professor Afonso Saldanha no dia 27 de maio em Sernancelhe.

A carga horária das aulas de hidroginástica da Universidade Sénior de Nelas (US), foi aumentada para 3 horas por semana, devido ao elevado numero de alunos. Esta atividade está incluída no plano de atividades da US de Nelas.

Foi cedida a piscina coberta, após solicitação do agrupamento de Canas de Senhorim, para 3 aulas de natação para os alunos do Curso Técnico Profissional de Desporto.

Foi cedida ao Clube Dão Nelas, no dia 23 de abril, a piscina descoberta para efetuar o secretariado da prova de Trail/Caminhada.

Como forma de apoiar e dinamizar as associações e clubes do concelho, foram cedidas instalações desportivas para diversas atividades.

Apoio no torneio de futebol Nelas Cup Coração do Dão promovido pelo SL Nelas.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 10 agregados familiares;

A Loja Solidária de Nelas, contou com 9 doações de diversos artigos (vestuário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares.

No mesmo período, 7 agregados familiares, correspondendo a 25 munícipes. Realizaram marcação e beneficiaram do apoio da Loja Solidária 19 agregados.

Continuação do desenvolvimento do trabalho, diário e contínuo, de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias. No período de referência foram realizadas 346 atendimentos sociais correspondendo a: 112 atendimentos presenciais/entrevista no Serviço; 120 atendimentos, via contacto telefónico; 14 visitas domiciliárias e 4 respostas a solicitações via e-mail.

Atendimento de Apoio Psicossocial continua a ser um espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, auxiliando as mesmas na resolução ou atenuação dos seus problemas. Neste período foram realizados 8 atendimentos psicossociais.

Inserido no projeto Intermunicipal "+ Igual Viseu Dão Lafões", no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), em colaboração com outros Serviços da Autarquia e Entidades do Concelho, realizaram as seguintes ações de formação e de sensibilização:

Eixo	Ação/Medida	Destinatários	Data
Solidariedade Social	Promover a alteração de paradigma do papel feminino e masculino no 3.º Setor: Sessão Prática Treino de Competências socio emocionais	Beneficiários prestação RSI	31 de maio de 2023
Emprego	Testemunhos da Igualdade de Género no emprego	Entidades empregadoras	10 de maio de 2023

Dada a obrigatoriedade de efetuar uma avaliação à concretização das ações/iniciativas promovidas desde a data de aprovação até ao passado dia 31 de maio, realizou-se uma reunião da EIVL que, passados 7 meses, e conjuntamente com os parceiros supramencionados, conseguiram concretizar 22 medidas dos 7 Eixos previamente definidos (Solidariedade Social, Educação e Capacitação, Emprego, Saíde, Cultura, Desporto e Política), uma taxa de execução de 104% até dia 31 de maio de 2023, ultrapassando a taxa de execução de 70% exigida pela Comissão para a Cidadania para a Igualdade de Género (CIG).

No que respeita aos atendimentos do CLAIM realizaram-se 20 atendimentos presenciais, que corresponderam a 12 agregados familiares, mais concretamente 44 indivíduos. Estes agregados familiares são 9 de nacionalidade brasileira e 3 de nacionalidade angolana. Os mesmos

foram encaminhados para a resposta social do Município - Loja Solidária, a fim de adquirir bens de vestuário e móveis, e para outros serviços e entidades externas competentes para a resolução dos problemas e necessidades apresentados:

- Esclarecimentos de dúvidas relacionadas com a Legalização;
- Esclarecimentos e apoio na formulação do pedido de Autorização de Residência;
- Apoio no agendamento para o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) para a Concessão de Cartão de Residência de Familiar do Cidadão da União Nacional de Estado Terceiro, Obtenção da Declaração de Entrada, Prorrogação da Permanência, Reagrupamento Familiar e Renovação do documento de Autorização de Residência, entre outras solicitações;
- Registo de Menores Estrangeiros;
- Esclarecimentos sobre a aquisição e a atribuição da nacionalidade portuguesa;
- Encaminhamento para diversas instituições nas áreas da saúde, emprego, habitação, apoio social e jurídico;
- Apoio e esclarecimentos em questões gerais para a correta integração.

Lançada a 15.ª Edição do Prémio "Autarquia + Familiarmente Responsável", o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis pretende continuar a dar visibilidade a todas as boas práticas municipais de política de família que existem no país. Desta forma, foi submetida candidatura ao prémio pela Câmara Municipal de Nelas, no dia 31 de maio de 2023, na qual poderá ser reconhecida pelo 4.º ano consecutivo pelas suas políticas amigas da família.

No dia 11 de abril, no âmbito do Banco Local de Voluntariado, o SMAES participou no Projeto "Férias em Ação" promovido pelo SEC com a atividade intitulada: "Queremos ser Solidários!!". A atividade consistiu na leitura duma história que serviu de mote para explorar o tema do voluntariado e, posteriormente, um "Quiz", tendo a participação ativa dos alunos que foram divididos em duas turmas para a execução da atividade geral.

No âmbito do Regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos em matéria de apoio em obras na habitação e tarifários especiais de água, saneamento e resíduos foram deferidos e aprovados em reunião da câmara 3 processos cujo objetivo era a atribuição do tarifário social de água e 1 processo de atribuição do tarifário familiar de água.

Na sequência da candidatura realizada no passado mês de novembro à 2ª edição da Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais (RACCI), iniciativa lançada pelo Movimento Cuidar dos Cuidadores informais, o Município de Nelas foi reconhecido no passado dia 15 de março, com o Projeto "CER – Cuidar e Receber" – Projeto de Informação e Apoio aos Cuidadores Informais, para pertencer à rede de autarquias que adotam as melhores práticas e medidas de apoio em benefício dos cuidadores informais e cujo reconhecimento se materializa na atribuição de um selo de mérito.

Decorreram avaliações solicitadas pelo Serviço de Educação e Cultura, a agregados familiares com alunos a frequentar o ensino pré-escolar, para avaliar as condições socioeconómicas, com o objetivo da isenção/redução na comparticipação do fornecimento de refeições e/ou.

No âmbito do "Programa Nacional Naveg@s em Segurança?" promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, em parceria com o Serviço Municipal de Apoio à Economia Social foram desenvolvidas 2 ações de sensibilização sobre a internet segura e a cidadania digital junto da população sénior, no qual foram convidados a participar os alunos da Universidade Sénior de Nelas. Os temas debatidos nas duas ações foram "Fake News" e "Dependência Online" e "Privacidade Online" e "Redes Sociais", nos dias 5 e 19 de maio, respetivamente.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece, no seu artigo 12.º, o quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais em

matéria de ação social e concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretizou tal transferência de competências em matéria de Ação Social, e as Portarias n.º 63/2021 e n.º 65/2021, de 17 de março, asseguraram a regulamentação no que respeita à operacionalização, em matéria do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e o Rendimento Social de Inserção (RSI), respetivamente, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

O Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, definiu, até dia 3 de abril de 2023, como o prazo para a assunção de compromissos pelos municípios. Nesse âmbito, o Município de Nelas assumiu a transferência de competências na área social, a partir do dia 3 de abril de 2023.

O Decreto-Lei 55/2020, de 12 de agosto, diploma de âmbito setorial, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da Ação Social, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Por via deste diploma, passaram para a esfera dos municípios responsabilidades como:

- O serviço de atendimento e acompanhamento social;
- A celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção;
- A elaboração de relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento;
- A atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social.

Decorrente da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social, o Município de Nelas passou a assumir o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e o atendimento e acompanhamento das famílias beneficiárias da prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI), coordenando todo o trabalho inerente.

Para a resposta do RSI foi celebrado um Protocolo de Cooperação com uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) do concelho – Santa Casa da Misericórdia de Santar – mantendo-se o que era executado anteriormente, dado o trabalho profícuo já realizado pela Equipa. De referir que no período anterior ao dia 3 de abril, vigorava o Protocolo entre a SCM de Santar e o ISS.

Com a transferência de competências da Segurança Social para o Município, os munícipes poderão aceder a serviços de carácter social, de forma mais próxima, na Câmara Municipal, nomeadamente no Serviço Municipal de Apoio à Economia Social.

Além das competências abaixo mencionadas, o Serviço articula com a Equipa das Prestações de Solidariedade; Linha Nacional de Emergência Social (ininterrupto); Núcleo de Infância e Juventude e Referenciação para vaga reservada à Segurança Social (ERPI).

É da competência do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS):

- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação, em articulação com os competentes serviços e organismos da administração pública;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;
- Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;

- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, é efetuado todas as quartas feiras, das 9h às 13h e das 14h às 17h, na Sala Orgânica do Edifício Multiusos, 2.º Piso, por marcação. Os atendimentos devem ser previamente marcados presencialmente ou através do seguinte contato 232 944 842 (chamada para a rede fixa nacional).

No período de referência, 23 agregados familiares (23 processos familiares e 52 munícipes) estão a ser acompanhados pela técnica do SAAS. Para o efeito, foram realizados 55 atendimentos sociais, dividindo-se em 26 entrevistas, 27 contactos telefónicos e 2 visitas domiciliárias.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é um apoio para indivíduos e famílias que implica um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente;

- Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas.

De referir que o pedido do Rendimento Social de Inserção continua a ser efetuado nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.

Em relação ao atendimento do RSI será também realizado na Sala Orgânica do Edifício Multiusos, 2.º Piso, às sextas-feiras, com marcação prévia, das 9h às 13h, na mesma modalidade supramencionada: presencialmente ou através do número 232 944 842 (chamada para a rede fixa nacional).

No âmbito da medida de acompanhamento às famílias beneficiárias de RSI sob a coordenação da Câmara Municipal de Nelas foram acompanhadas 88 famílias, foram realizadas 382 visitas domiciliárias, 21 atendimentos e celebrados 21 contratos de inserção desde 1 de abril de 2023 a 31 de maio de 2023.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube da Biblioteca.

Serviço de atendimento on-line para quem necessite de informação específica sobre determinado assunto, com o envio por mail da digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações.

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição.

Oficinas múltiplas: Apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano.

Exposição Elos "A Paisagem das Palavras": partindo de um workshop de fotografia realizado com os alunos da US de Nelas de diferentes localidades, como forma de promover o património construído e paisagístico do Concelho, convidámos os escritores naturais e/ou residentes no Concelho a escrever pequenos textos ou poemas, tendo como base as fotografias tiradas pelos seniores.

"Aqui há publicidade", de 28/04 a 31/05: trabalhos manuais realizados pelos alunos da US de Nelas.

Apresentação do espetáculo "Aqui vamos nós", pelos Animadores Carlos Henriques e Luís Ribeiro, para o público escolar no dia 29/05 no Centro Cultural de Oliveira de Frades, uma colaboração entre a Biblioteca Municipal de Nelas e a Biblioteca Municipal de Oliveira de Frades.

Apoio na reabertura da biblioteca José Adelino, em Canas de Senhorim.

Realização do 7.º FESTIVAL LITERÁRIO "ELOS: A PAISAGEM DAS PALAVRAS" de 21 a 29 de abril. Uma organização do Município de Nelas e Rede de Bibliotecas de Nelas,

incluiu um extenso rol de atividades, desde encontros de autor, oficinas, teatro, música, passeios, exposições, e este ano contou com a inauguração do Percurso Literário "Pelas memórias de Ant.º Lobo Antunes". Contabilizámos um total de 1146 participantes.

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, decorreu na Biblioteca Municipal António Lobo Antunes, um Workshop de Gestão de Emoções dinamizado pela Dra. Sandra Gomes, psicóloga clínica e trainer em inteligência emocional. Esta iniciativa foi promovida no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Nelas (PMIGND).

Oficinas múltiplas: apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano.

Participação nas reuniões periódicas do grupo de trabalho da rede intermunicipal de Bibliotecas de Viseu Dão Lafões, em colaboração com a CIM e DGLAB_MC. Durante o presente ano, e de acordo com o sistema de rotatividade aprovado em regulamento, a responsável da BM Nelas, em colaboração com a bibliotecária de Castro Daire, assume a coordenação deste grupo de trabalho intermunicipal.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Montagem da sala SAEE (Sala de Apoio ao Ensino Estruturado) na EB do Fojo em Canas de Senhorim (no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo);

Montagem da Sala Sensorial para Apoio à Criança no Centro Escolar de Nelas (no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo);

Preparação para o Dia Mundial da Criança 2023;

Preparação para a Viagem de Finalistas (alunos do 4.ºano do 1.º CEB);

Realização das Férias em Ação – Páscoa 2023;

Realização do Projeto Até Já Escola! – Páscoa 2023 (Museu do Pão);

Preparação do Projeto Férias em Ação – Verão 2023;

Preparação do Projeto Até Já Escola! – Verão 2023 (Visita à Fábrica da Ciência - Aveiro);

Preparação do Projeto Férias Com Palmo e Meio – Verão 2023;

Acompanhamento / Apoio na vinda de alunos e professores no âmbito do Projeto Programa Erasmus+ "Nature is Treasure" do 1.º CEB;

Promoção do Sucesso Educativo em VDL – Representação da Peça "O Ano da Morte de Ricardo Reis" pelos alunos do 12.º Ano do AE de Canas de Senhorim;

Realização do BOOTCAMP no âmbito do Projeto Wanted I Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões;

Preparação do Ano Letivo 2023/2024 – entrega de Boletins de (Re)Inscrição (Refeições, Prolongamento de Horário – Pré-Escolar – e AEC);

Preparação do Plano Anual de Transportes Escolares (recolha de dados e início de redação);

Preparação das "Festas do Município" (a realizar em junho);

Continuação nos Agrupamentos de Escolas do Concelho do projeto da Promoção do Sucesso Educativo da CIMVDL.

Continuidade do programa de distribuição de uma peça de fruta aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo- regime da Fruta Escolar e Programa Fruticool e do Projeto Heróis da Fruta (Projeto da APCOI em parceria com o Agrupamento de Escolas de Nelas).

Reunião com a direção dos Agrupamento de Escolas do Concelho.

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS:

Cumprimento do plano de aulas do projeto "Música Maestro" - ano letivo 2022-2023;
Cumprimento do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas;
Cumprimento do plano de aulas nas AEC;
Presença do corpo docente no programa Férias em Ação – Férias da Páscoa;
Docentes de Música - Dinamização de atividades nas instalações da AMAN para os inscritos no programa Férias em Ação Férias da Páscoa;
Turma "Música como Estilo de Vida", Música – ensaios para a participação da turma na seção comemorativa do 25 de abril de 2023;
Turma "Música como Estilo de Vida", Música – participação da turma na seção comemorativa do 25 de abril de 2023;
INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

N.º PROCESSO	FASE PROCESSUAL	AUTOR DA AÇÃO
424/17.4BEVIS	O Município deduziu contestação	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda.
298/17.5BEVIS	Realizada audiência prévia	António da Silva Albino Lda.
344/17.2BEVIS	O Município deduziu contestação	José Marques Duarte, Unipessoal, Lda.
175/19.5BEVIS	O Município deduziu contestação	João Manuel Lopes Pereira
24/20.1BEVIS	O Município deduziu contestação	Vitor Manuel Dias da Silva, Lda.
67/20.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Irmãos Almeida Cabral, Lda.
70/20.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda.
262/20.7BEVIS	O Município deduziu contestação	Maralgopi Unipessoal, Lda.
263/20.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Tranjuiza - Transportes de Mercadorias, Lda.
192/20.2BEVIS	O Município deduziu contestação	Meo - Serviços Comunicações e Multimédia, S.A.
42/21.2T8NLS	O réu apresentou contestação	Município de Nelas
80/21.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Paulo Costa
154/21.2T8NLS	O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa	Comissão Nacional de Proteção de Dados
2357/21.0T8VIS-A	O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS	Município de Nelas
456/21.8BEVIS	O Município deduziu contestação	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.
141/21.0T8NLS	O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência	Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento
148/22.0T8NLS	O Município deduziu contestação	Generali Seguros, S.A.

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

a)	Dívida de médio e longo prazo:	9.121.827,28 €
b)	Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores:	1.745.805,51 €
c)	Financiamentos Contratualizados (falta visto TC):	265.000,00 €
d)	Financiamentos contratualizados por utilizar:	1.600.000,00 €
e)	Provisões/Responsabilidades contingentes:	803.438,78 €
f)	Responsabilidades contingentes 2021:	1.317.779,00 €
g)	Financiamentos aprovados em AM (não contratualizados):	1.600.000,00 €

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre a informação, a menos que queira remeter para o documento. Remete para o documento.

Então alguém se quer pronunciar sobre este documento? Senhor Deputado João Paulo, faz favor. É uma pergunta sobre este documento, ponto número 1. Muito bem, da atividade.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida

- Ora boa noite novamente.

Eu só queria um pedido de esclarecimento, ou uma resposta, Senhor Presidente, a CDU tomou conhecimento que em Moreira foi removida a Caixa de Multibanco que servia a população há cerca de 6 meses. Segundo a informação que nos foi prestada, o Executivo teve uma reunião com o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias Santar/Moreira e com populares onde expressou que a Caixa Multibanco iria voltar a ser disponível ara a população, por um lado, cumprindo com o contrato que foi interrompido e por outro, voltando a negociar a sua permanência.

Senhor Presidente, quando é que prevê que a Caixa Multibanco volte a servir as populações da aldeia de Moreira?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É só? Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Senhor Deputado João Paulo, embora isso não esteja aqui e seja recuperado, terei todo o gosto em responder. De facto, houve do que decorria dos protocolos que foram feitos para a instalação de Caixas Multibanco pelos territórios do nosso Concelho, a Caixa de Crédito tinha manifestado já há uns tempos, no que é o espírito dos bancos, o funcionamento no que concerne ao retorno que tem os próprios equipamentos e os custos que lhes são associados.

O que foi a conversado com a Entidade Bancária é que, naturalmente, no que é a coesão territorial e no que é o que nós acreditamos, que não é para um território ser mais pequeno e ser menos populoso, porque, senão, somos contraproducentes contra aquilo que defendemos para o nosso território em relação a territórios maiores também. E, portanto, no que no funciona em termos de coesão territorial, dissemo-lo mesmo. Temos tido alguns problemas com algumas Caixas. Não só a de Moreira. E o sentido é, com a Caixa de Crédito, manter as Caixas Multibanco.

Tivemos um parecido análogo porque, já há uns tempos, em Canas Senhorim, com uma Entidade Bancária que deixou de funcionar lá e depois, conjuntamente com a Junta de Freguesia, conseguimos arranjar forma de manter pelo menos a Caixa Multibanco e como este caso de Moreira. Mas temos problemas muito semelhantes com Caldas da Felgueira, com Senhorim, no que é o retorno do que acham as Entidades Bancárias, do que é o retorno financeiro que tem.

Mas há um contrato que está afirmado. Há imperativos que emanam da Administração Central que são para cumprir. E as Entidades Bancárias têm outras responsabilidades e eles não

podem só pensar quando não têm lucro num lado e quando têm lucros no outro lado. Portanto, há um protocolo para cumprir e é para cumprir. E é esse que estamos a trabalhar nesse sentido.

Há pouco tempo, na semana passada, se a memória não me atraiçoa, houve, de facto, uma reunião com a União de Freguesias de Santar e de Madeira onde estiveram presentes também representantes da população, que entregaram um Manifesto, uma Petição, subscrita por 300 pessoas, se a memória não me atraiçoa, 300 a 400 pessoas, ao qual nós demos o retorno que, independentemente disso, essa expressividade ainda diria mais força no que seria a negociação não é a palavra correta, mas o que decorre das reuniões com a Caixa de Crédito.

E a nossa expectativa é que seja resolvida a questão e a recolocação da Caixa Multibanco. Disse isso ainda há bem pouco tempo, quando entramos aqui é. E a expectativa que temos. Se depende diretamente de nós? Não. Mas também depende de nós fazermos, trabalharmos nesse sentido e fazemos força? Sim e estamos a fazer. E estamos a tentar recuperar, retomar isso de forma a que, pelo menos agora, esta parte que vem aí, em particular, do Verão, com retorno dos nossos Emigrantes, com fluxo turístico, que seja retomado o mais breve possível, Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, não havendo mais nenhuma intervenção. Passaremos ao ponto número 2, que é - Apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta, que vai vigorar durante o período de 2022 até 2031.

Este ponto é constituído por 3 cadernos, que os Senhores Deputados receberam. Não sei se querem fazer alguma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. Estão devidamente, esclarecidos? Ninguém quer pôr nenhuma questão relativamente a este ponto? Não.

Naturalmente, então, vamos pô-lo a votação. Quem se abstém? Uma abstenção do Sr. João Paulo Guerra. Quem vota contra? Então, aprovado por maioria. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 - Apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Nelas 2022-2031 foi posto à discussão, tendo sido aprovado com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e uma abstenção do Sr. Deputado João Paulo Guerra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos pôr a votação a minuta: Quem se abstém? Quem vota contra? Então, está aprovada por unanimidade a minuta.

Uma vez que foi retirado o ponto número 3, passamos para o ponto número 4, que é apenas para conhecimento - Apreciação do Relatório de Execução do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação de Nelas.

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, querem fazer alguma intervenção sobre este ponto? Não. Muito bem. Então como não tem votação, encerrávamos este Período e abríamos o terceiro, que é o Período da Intervenção do Público.

Faz favor, quem se quer inscrever? Nome morada e qual é o assunto? António Pereira Silvestre, de Moreira. E qual é o assunto? Águas. Muito bem. Quer se quer inscrever mais?

Mas está relacionado com a água. Asseios. Limpeza.

Senhor Arlindo Duarte. Urgeiriça. E qual é o assunto? Obras no Concelho todo. Não é só na Urgeiriça. Senhor Arlindo, eu estive a ler as atas. Olhe, as atas da Câmara Municipal, em 8, o Senhor participou em 5 , salvo erro. Não traga para aqui os mesmos assuntos, traga outros novos.

Terceira inscrição. António Minhoto. Não tem nada a ver com os mesmos, pois não. São assuntos diferentes, está bem? Senhor António, são muitos temas, mas, vou-lhe dar 5 minutos. Apelo, depois, ao seu poder de síntese, está bem? Muito obrigado.

E a Senhora? Elizabete Wire das Neves, de Fonte do Alcaide. Qual é o assunto? Muito bem. Está aqui o Senhor Presidente da Junta. Devia ter ido à Junta.

Sérgio Rocha, Nelas.

Esposa do Senhor António Minhoto, não sei como é que chama. Peço desculpa não saber o seu nome, Aida Minhoto, Nelas, Um sobreiro. Sim. Muito bem.

Há mais inscrições? Mais uma. João Rego, Santar. Inverdades. Como é que é? Isso não é assunto nenhum. E só para pedidos de esclarecimentos. Não. Isso não existe. Não há inscrição para esse tema. Desculpe lá, não. Se tem algum assunto a tratar tem que o especificar. Não há cá inverdades. Isso não existe. Obras Municipais. Muito bem. Está inscrito. Eu venho recordar que temos apenas meia hora para este período. Dava a palavra à primeira intervenção. Mais um? Armando Carvalho, Casal Sancho. E qual é o assunto? Obras municipais. muito bem. Temos de ser rápidos. Temos meia hora. Habitualmente, concedo 5 minutos a cada. Se calhar, são só 3. Vamos ver. Faz favor de vir ali para ficar gravado.

O Senhor António Pereira Silvestre:

Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Minhas Senhoras. Eu sou uma pessoa que, fisicamente, estou em Moreira e queria fazer mais. Mas qual é o espanto que já vim aqui a segunda vez. Fizemos, mandámos fazer as análises à água, aos fontanários. O espanto, para todo o mundo, 95% de vestígios fecais. O antigo Presidente da Câmara, ou outro, está aí o senhor Fernando. Puseram uns cartões na água a dizer: Imprópria para consumo.

Sacou, sacaram aquilo. Ia pôr umas chapas: Água não tratada. Até hoje. Eu vejo pessoas de bicicleta, chegam ali ao fontenário, não tem nada, enche e bebe aquilo com 95% de vestígios fecais. Isto é Crime Público. Anunciado na Câmara, na Junta de Freguesia e ninguém toma nada. Que o Senhor Presidente, neste momento, da Câmara Municipal de Nelas, que não sabe disto.

Mas o antigo Directivo, o Senhor Fernando, que está ali. Sabe disto. Eu gosto de dizer as coisas pelo seu nome, que eu sou daqui desta Região, mas vivo noutro sítio. Isto é uma. Outra que eu fiquei deveras impressionado, Senhor Presidente, eu passo muitas vezes ali que a minha falecida mãe deixou um terreno no Monte de Santar. Agora, fecham a estrada? Tem que dar uma volta porque há um hotel, fecha uma estrada? Que história é esta? Que está país é este? Voltámos ao tempo do Feudalismo? Então, fecha uma estrada que é pública, quando se vem a andar para Carvalhal Redondo e agora tem que se vir cá por cima? Que brincadeira é esta? Por favor, isto não pode ser? Já não falo das limpezas, é óbvio, porque não é a alteração dos climas que põe as pessoas a porem dentro dos caixotes erva dos quintais. Tudo. Coelhos. Eu já vi coelhos vivos, um coelho vivo dentro de um caixote. É uma questão de educar as pessoas e não terem medo as Juntas de Freguesias de aplicar as multas. Não pode ser porque eu denunciei perante a minha Junta de Freguesia, que é uma vinha nova, que andaram a limpar aquilo tudo, tudo para a estrada. Vão lá. Passem uma multa. Obrigam-mos a limpar aquilo. Mas não. As pessoas querem levar aquilo a alguns 200,00 euros por mês e acabou-se.

É só. Muito muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- No final, Senhor Presidente da Câmara responderá a todas as questões que forem colocadas, como habitualmente. Segunda intervenção. Senhor Arlindo. Três minutos. E não serão os mesmos assuntos que costuma levar à Câmara, pois não?

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Junta, Estimado Público. Boa noite a todos. Primeiro de tudo, gostaria de dizer uma coisa. Há 50 anos que andam a falar no Aeroporto de Lisboa, num novo Aeroporto de Lisboa. Sabe o que é que falam e continua a falar? Porque o mesmo não está feito. Eu, se venho aqui trazer os mesmos assuntos, é porque os assuntos, até a presente data, não estão executados ainda.

Ora, eu já pedi, mais que uma vez e vou voltar a pedir. Escola ao pé do Fojo. Necessita ser pintado a estrada, com uma placa, para paragem do autocarro escolar.

Precisa também da passadeira foi prometida que seria feita o ano passado nas férias grandes e até atual data não foram feitas. Era já para ter sido feita, só que houve um, eu vou chamar litigio, que não foi litígio entre o Senhor Presidente da Junta e a Câmara, que o Senhor Presidente da Junta queria uma coisa e a Câmara queria outra. Mas uma coisa é certa, seja feita pintada, seja com paralelos, seja o que for essa passadeira faz falta as nossas crianças que passam ali para a Escola diariamente. Isto é defender a criança do nosso Concelho.

Continua a estar uma placa da paragem do autocarro em pleno cruzamento em Canas de Senhorim. Já foi dito aqui há 2 meses, a mesma placa continua lá na mesma. Em relação aos autocarros, quando estão parados, ali ninguém consegue ultrapassar porque vão ultrapassar em pleno cruzamento. Portanto, há alguma coisa que está mal. A placa, ou tiram-na de lá, ou põe no outro lado. Sobre o depósito da água não vou falar porque já foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Portanto, vou retirar as casas de banho, inclusivamente do depósito da água. Sobre as obras na Av.ª João XXIII, aqui em Nelas, são umas obras que faz-me lembrar que não é do vosso tempo, mas é do meu tempo ainda, as obras Santa Engrácia, que é uma igreja que há em Lisboa.

São umas obras que começaram e nunca mais acabam. E depois começam um troço sem que esse teu esteja pronto para as pessoas poderem circular, começa um segundo. E, se calhar, vão começar o terceiro sem o primeiro está pronto. Acho que os nossos comerciantes, e não só, nós, compradores dessas lojas, necessitamos que essas obras sejam feitas, dentro dos possíveis, o mais rápido possível. Lastimavelmente, tive conhecimento, no sábado passado, foi feito um evento na Mata das Alminhas e tive conhecimento por alguém, dentro da Câmara, que nem sequer papel higiénico havia nas casas de banho. Nem papel para limpar as mãos. As pessoas, para irem à casa de banho, tinham que levar toalhetes. Isto, dito por pessoas da Câmara. Não vou dizer quem é porque iria pôr em questão e em causa essas pessoas. Mas é lastimável, porque, isto, realmente, pelo que dizem, foi um evento bonito, apesar de ter estragado algumas coisas. Mas a carta postal que a gente apresenta aos nossos visitantes acho que foi muito péssimo, muito péssimo. Erva sem ser cortadas, etc. Acho que temos que fazer eventos. Eu só a favor dos eventos. Mas temos que dar condições aos visitantes para que Nelas seja, realmente, reconhecida em todo o País, como bom exemplo de higiene e segurança das nossas povoações.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Tem mais alguma questão? Está a esgotar o seu tempo.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Vai ser muito rápido. Vai ser muito rápido mesmo. Começaram a fazer passadeiras e eu gostaria que as mesmas passadeiras tivessem continuidade. Ou seja, na Urgeiriça não existe uma única passadeira. Acho que a única localidade do nosso Concelho onde não existe uma passadeira.

Será que as pessoas não pagam os seus impostos? Por favor e continuem também a fazer lombas. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Arlindo, muito obrigado. Senhor António Minhoto, penso que é a sua vez.

O Senhor António Minhoto:

- Agradeço a sua atenção. Queria saudar, portanto, todos presentes, agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia. Cumprimentar os restantes Membros da Mesa, o Senhor Presidente, os restantes Deputados Municipais. E dizer, antes de mais nada, que é com grande orgulho que sinto aqui a votação que houve aqui sobre a Moção sobre o Movimento Cívico apresentou e que honrou esta Assembleia ao votar, por votar. E fico triste, não foi por unanimidade. Fico triste. Por que a saúde deve unir-nos todos. E esta questão é fundamental, porque nós estivemos ainda aqui há pouco tempo, o Movimento Cívico numa manifestação, em Coimbra, onde foi a maior manifestação, a presença de Nelas e saber a nossa força e depois aqui, na Assembleia Municipal, que devemos estar todos unidos, uma abstenção. Eu fico triste. E, por isso quero saudar, de qualquer maneira, a Assembleia por essa posição que muito vem enaltecer o papel que o Movimento Cívico tem e as populações devem estar sempre juntas nisto. Queria aqui também aproveitar, já que esta Assembleia aprovou, quando é que a Câmara Municipal aprova a Moção que o Senhor Presidente da Câmara solicitou e disse que ia aprovar, quando é que faz essa aprovação? Ou que leva à reunião de Câmara? Queria aqui também procurar ao Senhor Presidente da Câmara, já que esteve esta semana, ontem, parece ontem, o Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde cá presente, ficou no último contacto que nós tivemos com a Câmara e com o Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Ministro, que iria haver uma reunião entre o Chefe de Gabinete e o Movimento Cívico para verificarmos. Ele não clarificou, portanto, ficamos à espera dessa questão, que era uma reunião de grande importância, porque o Senhor Chefe de Gabinete disse que tinha também intenção reunir connosco para todas as questões que estão em saúde. Portanto, nós registamos com agrado e queria passar à frente porque eu pedi ao Senhor Presidente da Assembleia que o Público intervir. Está bem que é uma questão de meia hora, mas também acho que dá dignidade a esta Assembleia nós falarmos e não estamos aqui pressionados a dizer tudo rápido. Pensamos que deve dar mais um bocadinho de tempo para responder porque a participação da Cidadania das pessoas é uma mais-valia.

Sim, mas é uma mais-valia, para a Assembleia, para os Senhores Deputados também saber o que nós pensamos. Foi com todo o prazer que eu estive ali no Público a ouvir e acho que os Senhores Deputados também gostam que nós transmitamos algumas opiniões. Queria falar sobre a sobre a Requalificação da Linha da Beira Alta e falar que, de facto, a qualidade de vida. O que se diz aqui que é uma mais-valia a sustentabilidade da fixação. E o que nós vimos nesta Requalificação que, obviamente, o Executivo Camarário atual disse que pode não ter responsabilidades, que pode vir do anterior, mas a questão que se coloca é hoje. A questão que se coloca é hoje. Quem lá vive perdeu qualidade e é bom que a Assembleia saiba disso, seja se os Senhores Deputados devem-se, aliás, o Senhor Deputado que interviu inicialmente falou sobre essa questão e acho que todos devem falar sobre isto e visitar. O que se fez ali, o que está a fazer, é um muro da vergonha entre a CP e as moradias da Urbanização do Cachafal.

Quem viveu ali, que tinha qualidade de vida, que tinha uma Urbanização ali, que tinha, a minha esposa, aliás, sei que se inscreveu, vai falar sobre isso, que tinha ali uma grande árvore. Tinha ali uma beleza e nós perdemos isso tudo. E o que é mais grave ainda, Senhor Presidente da Câmara e já sabe, Senhor Presidente da Câmara, porque nós enviamos, nós Movimento Cívico da Urbanização do Cachafal, enviou uma carta ao Senhor Presidente da Câmara e às Infraestruturas porque entraram em terreno privado. Na reunião que tivemos disseram que não iam entrar em

terreno privado. Acontece que, para além de toda esta situação que nós perdemos, agora vão para terrenos privados. A obra foi alterada sem falarem com ninguém. E chegam lá, põem estacas e querem continuar com o corte de terreno que pertence à Urbanização do Cachafal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor António Minhoto, agradecia que terminasse.

O Senhor António Minhoto:

- Sim, mas eu também agradecia que tivesse um bocadinho também em consideração esta questão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- E tenho. Quero é cumprir o Regimento na medida possível.

O Senhor António Minhoto:

- Ok, obrigado. Essa questão de, portanto, ver que entrar em terrenos privados, Senhor Presidente, sabe que há a carta que enviámos. As Infraestruturas já responderam que querem uma reunião connosco. Era bom encontrarmos as soluções dos moradores que compraram aquele terreno e, portanto, não podem ser lesados. E, por isso, estou de acordo que acho que o Senhor Sérgio Rocha vai intervir também, aquela questão da Ponte é das piores coisas que nós podemos ter. Onde é que está a qualidade de vida da entrada neste Conselho? A outra questão é a água. É importante a água imunda e o Movimento de Defesa do Rio Mondego fez uma sessão pública, elegeu os seus órgãos no domingo. Quero agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia que esteve presente, à Junta de Freguesia de Vilar Seco que nos honrou e que mostra também que nós, nós, as Populações estão empenhadas e interessadas. Fala-se aqui nas alterações climáticas, a água é isso. Toda a bacia hidrográfica que fica desde o Dão, desde a Ribeira do Castelo e outras, a importância de defendermos e ver como é que nós vamos preservar esta importância da água. Por isso, foi com grande importância. Lamento, obviamente, a Câmara diz que aqui o Vereador Rui estaria presente, não esteve. Não sabemos ainda qual foi a explicação. Acho que as outras Juntas deviam também estarem presentes. Acho que é um assunto que deve unir a nós todo e não está. Para terminar, para terminar, acho que falamos na qualidade de vida e a AZU mandou também um e-mail à Câmara sobre as questões da Fonte do Alcaide. Pessoas que são algumas estrangeiras, vieram para cá, compraram terrenos e casas e agora é alterado todo o impacto com a construção de uma torre que aí é colocada. Portanto, queríamos também aí e eu sou solidário, vou estar solidário com a Fonte de Alcaide e com a luta dos moradores dessa povoação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor António Minhoto. A próxima intervenção é de Elisabete Nunes Sim, Senhor.

A Senhora Elizabete Nunes:

Olá, boa noite a todos. Estou cá a representar a Freguesia de Senhorim. Eu quero falar sobre as obras em Senhorim. Em primeiro lugar, a Pré-Escolar de Senhorim já há um ano foi prometido pela Câmara de Nelas ser pintada com novas grades e até hoje ainda nada mudou. Sim, a Pré-Escolar de Senhorim. Estou a falar da Pré-Escolar de Senhorim. A Professora tinha-me informado já há um ano que havia um plano para a pintura da Escola, porque neste momento não me parece que uma Escola Pré-Escolar. Parece como qualquer outro edifício que precisa umas renovações. E também foi prometido grades novas.

Eu não vou falar no Parque Infantil ao lado porque eu sei que há várias promessas sobre Parques Infantis na zona. A segunda obra é a obra que começou, acho que ontem, na Capela de Nossa Senhora do Viso. Ontem à noite recebi vários telefonemas de cidadãos da zona, furiosos, porque é que estavam a cortar o muro que tem não sei há quantos anos lá o muro na capela. Eu pensava que, se calhar, fazia parte do plano para fazer uma rampa de acesso de acessibilidade, mas

nem há aviso da obra, nem foram os vizinhos avisados que havia poeiras de pedra por todo lado e ficaram, absolutamente, furiosos. Pronto. As obras do cemitério de Senhorinho ainda não foram acabadas. Já há muito tempo e acho que ainda não sei quando é que vão ser acabadas.

E o último assunto, que já falei na reunião de Câmara, é este pedido de autorização municipal pela instalação das infraestruturas de suporte da Estação de Radiocomunicações que não tem licença, mas já está em bom progresso de construção. Hoje estive a consultar o projeto. E no projeto diz, muito claramente, sendo ainda permitido pela inexistência para o local do qual quaisquer restrições especificais, nomeadamente, da ordem fisical, em especial de edifícios com maior altura. É muito claro que, se as três casas mais próximas da Torre e mais antigas, nem estão na documentação topográfica, claro que eles acham que isso é verdade, porque uma casa com mais de 300 anos de história e 10 m de altura não tem interessa para a NOS Telecomunicações, nem estão, a minha casa, nem as casas dos vizinhos, nem estão nos desenhos, nem no planos deles, nas casas da zona. Se a Câmara Municipal de Nelas aprova isto estão a aprovar algo que não é realidade e que desvaloriza o nosso património e a zona da beleza e tranquilidade que está lá hoje, não falando nas radiações que ninguém pode cheirar, nem ver. É só. Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Elizabate, muito obrigado. Agora penso que inscreveu se o Senhor Sérgio Rocha.

O Senhor Sérgio Rocha:

- Ora muito boa noite a todos. Em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Deputados e os Estimados Munícipes. Isto, I o que eu venho aqui dizer, em primeiro lugar estou-me a inaugurar numa Assembleia Municipal. Isto é um orgulho para mim. Ao fim, fiz este ano 50 anos. É a primeira vez que venho a uma Assembleia Municipal. Em segundo lugar, venho aqui dizer que as obras da Requalificação da Linha da Beira Alta são obras muito importantes para o Concelho e para toda a Região. E estas obras, vejo, não só deste Executivo, mas do outro, do outro e deste, aliás, dos dois, verifico que não há um planeamento. Obviamente que não é da responsabilidade do Município a obra, mas nós, enquanto Câmaras, enquanto responsáveis de Câmaras, temos que ter alguma voz ativa naquilo que estão a fazer no nosso Concelho. Eu vou-vos dizer, porque à semelhança do que o Senhor António Minhoto disse, nós somos, vivemos lá perto, o dia-a-dia das obras e sabemos que não há planeamento naquela obra. E é um planeamento do Estado. E nós temos que ter uma voz ativa. O Município tem uma voz ativa e tem que ter para definir e pôr lá os pontos nos is. Eu quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara que a primeira intervenção que eu que eu pedi da Câmara, do Município, para lá estar para ver o serviço entre aspas, claro. Ele esteve lá por tanto ele, como os Serviços. Fez o favor de marcar reuniões com o Dono de Obra e também com a empresa. Mas o que eu acho é que é pouco. É pouco porque, vamos lá uma vez, eles dizem-nos a tudo que sim, eles dizem que sim, que vão fazer, mas o que é certo é que eles andam, como eu ouvi da empresa das obras, andam a escavar a ir até onde podem. E ao fim de estar feito já está tudo feito. O que eu quero dizer é: falta de planeamento que aquela obra tem. Obviamente que eu vou repetir, não é responsável do camarário. Dizer-vos que eu não vi ainda um projeto inicial da obra. Eu não sei o que é que lá está a ser feito, o que é que está a ser feito não, a altura da ponte, como ficou, como ia ficar ou como vai ficar. Não vi. Não sei se o Município o tem e se o tiver, até gostava de saber. Não é da ponte. Não é da parte de alicerces, mas sim a continuidade da Ponte até à Rotunda. Digo-vos que aquilo, conforme está, estiveram lá umas pessoas das Estradas de Portugal e não foi responsável. Acho que o Senhor Engenheiro Nuno Gama não foi. Mas estiveram lá umas pessoas com a parte da construção. E disseram-me que eles não estavam, a IP não estava interessada em fazer o, portanto, o acentuar daquela altura que a Ponte está neste

momento, não vão fazer até à Rotunda, porque isto envolvia muitos custos. E eu pergunto: Se não vão fazer, quem é que vai fazer? E nós temos que ter um papel muito forte. A Câmara, os Municípes têm que ter um papel muito forte, senão a obra termina, o comboio passa e ficamos ali com a rampa, que eu chamava a rampa do Caramulo. Não é do caramulo, mas é rampa de Nelas, logo à entrada. Dizer-vos isto, para termos cuidado com isto e acompanhar essa situação. E vou-vos dizer também outra coisa, só para terminar, eu já tive muitos prejuízos com a Ponte a ser construída. Danificara-me um poço. Introduziram-me cimento lá para dentro, fora o barulho diário que eu tenho todos os dias. É martelos, aquilo é uma coisa enorme. Portanto, eu gostava que o Município fizesse, tivesse uma intervenção mais ativa no aspecto de melhorar as condições das pessoas que passam. E as pessoas que moram naqueles locais. E era isto que eu queria dizer. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Rocha. D.ª Aida, faz favor.

A Senhora Aida Minhoto:

- Ora muito boa noite, Senhor Presidente, a Mesa, aos Senhores Deputados e a todo o Público em geral. É a primeira vez que eu vou intervir nesta Casa e numa Assembleia Municipal. Portanto, o que me leva a vir aqui é uma questão muito simples. Mas que, como sou também mãe de família, avó, pertence-me e obriga-me a defender a natureza, o ambiente, a família e a cidadania. Queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, sem qualquer ofensa, sem qualquer maldade. Que o Senhor Presidente deve estar de acordo e deve-se lembrar que quando foi tirado o sobreiro da nossa zona do Cachafal, portanto, que era um sobreiro histórico de Nelas. Portanto, estava na nossa zona do Cachafal, mas eu digo que era um sobreiro histórico de Nelas, do nosso Concelho, devido à idade que tinha aquela árvore porque eu já resido há cerca de 30 anos naquela zona e sempre lá conheci aquele sobreiro e vieram pessoas com conhecimento de causa avaliar a idade do sobreiro e ele já tinha uns anos valentes. E portanto, foi sempre ali que fiz, que criei as minhas filhas, que fiz os aniversários delas, com os meus pais que vieram lá para casa, viver já na sua velhice, que fazia lá os anos deles e que toda a gente ali da zona e celebrava os aniversários das crianças, os convívios porque era lá que tínhamos que na altura da construção da obra, a SALEN, que foi o construtor, fez lá uma mesa em pedra e o respectivo banco a toda a volta. Fez ali uma zona de lazer debaixo do sobreiro, para quem não conhecia, para os moradores terem uma zona de lazer. Portanto, o sombreiro foi cortado e o Senhor Presidente, na altura, comprometeu-se com os moradores, que se deve recordar perfeitamente, que o esqueleto do sobreiro ia ficar, ia ficar. Senhor Presidente, desculpe, mas foi isso que ficou acordado connosco, o esqueleto do sobreiro ia para o Centro Escolar, que ia servir de um Marco Histórico para a História porque era uma árvore que fazia parte da nossa História, que ia para o Centro Escolar, para servir de Centro Interpretativo para os meninos da Escola saberem, que foi isso que o Senhor Presidente disse na altura. Eu já passei várias vezes e procuro: Onde é que está o esqueleto? Onde é que está o esqueleto? Não, eu, eu só quero dizer outra coisa muito, muito rapidamente é que eu ouvi alguém dizer, portanto, isso é uma suspeita. Ouvi alguém dizer que a lenha do sobreiro era muito bonita, mas que tinha que ir para as Escolas aquecer os meninos. Eu procuro quais são as escolas do Concelho? Pronto, eu só pergunto isso. Pronto, obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado D.ª Aida. Então, o Senhor João Rego. Obras no Concelho, não era?

O Senhor João Rego:

- Ora boa noite a todos. Obrigado Senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento toda a Mesa e todo o Público e os Senhores Deputados. E venho aqui dizer algumas coisas que tenho vindo a dizer. E vou começar pelo Senhor Presidente da Câmara, dizer-lhe que é muito mau ver da

sua parte, vê-lo a fazer comentários sobre a minha pessoa em termos pessoais. Eu chamá-lo-ei sempre incompetente, mas na qualidade de Presidente da Câmara, nunca pessoalmente, nem nunca virá da minha parte um ataque pessoal. O Senhor é incompetente, o Senhor é incompetente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor João Rego, pode haver aí algumas injúrias. Atenção, recomendo-lhe que tenha cautela.

O Senhor João Rego:

- Eu sou responsável pelas minhas afirmações. Sou adulto. Eu tenho mais de 18 anos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não tem o direito a injuriar ninguém e muito menos Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor João Rego:

- Eu quando digo que uma pessoa não tem apetência para cumprir a sua função.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não estou a defender o Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor João Rego:

- É um direito que me assiste. E, este executivo não tem esse.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pronto, se quiser continuar a chamar incompetente ao Senhor Presidente da Câmara tenho que fazer uma participação, eu, ao Ministério Público.

O Senhor João Rego:

- Senhor Doutor, eu vou reformular, embora tenha dúvidas sobre a sua qualificação, vou reformular. O Senhor Presidente e o E executivo não têm apetência para estar no lugar em que estão. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pronto, atenção, eu já um bocadinho tive que interromper a Assembleia. Se houver, se continuar com esse tom.

O Senhor João Rego:

- Mas, qual tom? Dizer que o Executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- E com essas injúrias, eu tenho que interromper a Assembleia e tenho que participar ao Ministério Público na segunda-feira.

O Senhor João Rego:

- Senhor Dr., eu senhor vou repetir.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vá.

O Senhor João Rego:

- Na minha opinião, o Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não retira nada do que disse, pois não?

O Senhor João Rego:

- Deixe-me falar, por favor, tenha calma, já basta o senhor Presidente da Câmara que está nervoso. Não é preciso ser, também está.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu não estou nada nervoso.

O Senhor João Rego:

- Portanto, eu volto a dizer: O executivo não tem apetência para desempenhar as funções que lhe foram incumbidas. E, portanto, Nelas passa, neste momento, dos piores momentos que eu

me lembro. O Executivo deixou o Concelho chegar a um ponto de degradação total. Não só a degradação da falta de limpeza, da falta de jardinagem e que vem com uma desculpa esfarrapadíssima sobre a questão da das alterações climáticas, que é inacreditável. Só quem não vai a Viseu, eu penso que o Senhor Presidente mora em Viseu e que constata todos os dias uma beleza incrível.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode continuar com isso. Isso, tudo bem. O que está a dizer está correto. Está correto, não. Eu não sei se é verdadeiro, mas é correto. Mas assim já não ofende ninguém.

O Senhor João Rego:

- Senhor Presidente, muito obrigado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode continuar, se faz favor.

O Senhor João Rego:

- Senhor Presidemte, muito obrigado pelos seus concelhos. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara, de certeza que não vai a Tondela, não vai a Mangualde, não vai ao Carregal do Sal e não vê o estado fantástico em que está o centro das vilas e das cidades. Senhor Presidente, estes apartes aqui do Senhor Vereador Artur, deviam ser alvo da sua correção também. Peço-lhe desculpa dizer-lhe isto, mas ele passa a vida a fazer apartes. Portanto, ele não deve sair daqui. Anda muito entretido dentro da Casa Amarela. Não sai daqui, portanto, não tem noção, não tem noção, não tem noção do que se passa à volta. E é verdade que Nelas passa por uma situação muito difícil. Nós, investidores, moradores, munícipes, sentimos no dia-a-dia o abandono a que está votado Nelas E há aqui questões muito importantes. Este Executivo agarrou a questão financeira como uma questão primordial e essa questão financeira está depauperada. O Município deve a fornecedores há mais de 6 meses. O Município deve uma fortuna de água à Câmara. Municipal de Mangualde. O Município vai acabar este mandato com o maior nível de endividamento que já alguma vez se viu neste Concelho, com o financiamento que vai ter que fazer de 1.600.000,00 euros para executar a obra do Ciclo da Água. Portanto, este Executivo vai chegar ao fim deste mandato com mais dívida daquela que herdou e sem obra, absolutamente, alguma. Andam a fazer remendos. Não têm qualquer tipo de perspetiva futura para o Concelho. Pararam obras estruturantes com a Zona Industrial número 1 de Nelas, que é criminosa. E esperamos nós que o Município não tenha que devolver Fundos Comunitários do 2020 porque se isso acontecer, ir-se-á mover uma ação popular contra o Executivo Municipal. Fique a contar com essa. Se tiver que devolver dinheiro dos Fundos Comunitários que recebeu para pagar ao Empreiteiro Embeiral o Executivo Municipal vai ser alvo de uma ação popular para ser chamado à liça sobre o tema. Parou-se o CAVES de Santar. É vergonhoso o que se passa no CAVES de Santar. Atacou-se um empresário que fez o Puro Dão, ou os empresários que fizeram o Puro Dão, não lhes facilitando a vida nunca, tendo esses empresários que ter feito Tripas Coração para terem a obra que ali têm, que é uma obra fantástica. E em Santar há promiscuidade entre o que é Público e que é Privado. E eu sei o que estou a dizer e afirmo. Há promiscuidade e eu digo ao Senhor Presidente, claramente, neste momento, no espaço Público, que é todos nós e daqueles que estão a ser postos em causa, está a ser utilizado para uma obra particular. Isto é grave, muito grave.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Terminou seu tempo.

O Senhor João Rego:

- Não, Senhor Presidente, dá-me só mais um minuto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não. Estou a contar aqui.

O Senhor João Rego:

- Portanto. É triste que neste Concelho em que tanto se criticou o sectarismo desde há muitos anos a esta parte, estes Senhores sejam os mais sectários que existem e, nomeadamente, em relação à minha pessoa, tendo relação de amizade que muitos deles que aqui estão. E criam problemas para que eu desenvolva as minhas atividades. E, portanto, o Município e o Executivo deveriam ter outra postura perante os munícipes deste Concelho. Nelas está sobre uma situação muito complicada. Nelas está a perder, está a regredir todos os dias e estes Senhores são, efetivamente, os culpados dessa situação. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

A última intervenção, Senhor Engenheiro Armando Carvalho, faz favor. Eu já não me lembro qual era o assunto. Acho que era obras. Era obras era. Faz favor. O Senhor já conhece a Casa há muitos anos, não é?

O Senhor Engenheiro Armando Carvalho:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito boa noite. Senhora Secretária, querida amiga, muito boa noite. Restante Mesa da parte da Assembleia Municipal e depois, Caríssimo Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia. Eu gosto de chamar assim porque já fui aqui corrigido e já levámos aqui uma Nota que os Senhores Deputados são Membros da Assembleia Municipal. É uma graça, não é Rui, lembras-te disto? É tu também, Borges. Estimado Público, muito boa noite. Fazia-me falta de vir aqui estes debates. Bem-haja por me meter dado estes minutos. Eu costumava mais o Borges dizer assim: Bem, não vamos falar sobre estes nestes três pontos, vamos juntar o tempo todo para, em vez de termos 10 minutos por cada ponto, ter 20 minutos. Mas eu vou tentar cumprir o tempo que me dão. E para dizer que ouviu-se aqui muitas coisas, muitas verdades, algumas, enfim, apresentadas de formas diferentes. O meu querido João. É a forma de ele estar na vida. Portanto, nada a dizer. Ainda não é com intuitos desses, aliás, como a Dona Aida também disse, não venho aqui para dizer mal, nem interpretem mal as minhas palavras. É um direito que se assiste. Eu, pela minha parte, tenho a dizer, pronto, as coisas têm que ser ditas. Não tenho 350 anos para me lembrar tão bem das obras de Santa Engrácia como aqui foi dito. O Monumento Barroco mais importante de Portugal que hoje é o Panteão Nacional e, portanto, devem-se dizer as coisas com seriedade e como deve ser feito. Por isso, eu dizia, não tenho, falo fluentemente, quase diariamente, com o João a sair desta motivação que ele tem, deste amor, desta paixão, desta força, deste poder de vida que é o investir nesta Terra. E é, neste momento, um dos grandes investidores no nosso Concelho. Mas também sei que ele, às vezes, quer andar assim um bocadinho mais depressa, porque ele trabalha 26 horas ou 27 por dia, não é? E ainda também de noite. E, portanto, vamos com calma, vamos com calma, vamos com calma.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Engenheiro, não se esqueça das obras. Muito obrigado.

O Senhor Engenheiro Armando Carvalho:

- Precisava de dizer isto também para ganhar um bocadinho de balanço. Vamos com calma. Futurologia. Eu acredito que este Governo Municipal, que gastou um ano, um ano e tal, na pessoa do Senhor Presidente, a tentar reestruturar as Contas, vai chegar ao fim e vai limpar o mal que recebeu e os Fundos que recebeu. João, sabes que é verdade, mas desculpa, não pode haver conversa. De todo este tempo que houve e é por aí. Mas, realmente, há muitas outras coisas que podem ser feitas e que não custam tanto dinheiro quanto isso. Custa-me ouvir dizer, peço desculpa se a voz da caserna, Senhor Presidente, que os Funcionários da Câmara dizem: Ando aqui porque não tenho que fazer. Ando aqui. Eu sou, tenho uma determinada profissão e ando aqui a fazer esta,

porque não tenho nada na minha profissão. Se calhar ando aqui a reavivar os nomes das ruas e coisas do género e outras coisas que mais. Mas aqui também há uma co-responsabilidade das Juntas de Freguesia. E naquilo que se que refere às obras e ao embelezamento, a responsabilidade de, realmente, da, enfim, não queria aproveitar as palavras do João, mas, realmente, é um bocadinho feio nós vermos a quantidade de erva seca que há por aí, as obras que estão a decorrer na Avenida João XXIII e que já estão com rebentos de metro e meio nas árvores e que não se cortam as árvores e andam por ali. E eu pergunto se, nessas pessoas que, enfim, que têm, que se não há, não há possibilidade dessas pessoas aproveitarem esse tempo para melhorar as obras. E saber se, realmente, esta responsabilidade dos espaços públicos de Nelas é responsabilidade da Câmara, ou responsabilidade da Junta, porque em Santar, em Carvalhal Redondo, em Senhorim, é a Junta que trata. E depois há outros espaços que são da Câmara. Mas a limpeza de algumas das áreas não serão só responsabilidade da Câmara, mas também responsabilidade da Junta. Na questão das obras é, já foi aqui falado, embora não foi aprofundada a questão e foi depois, até já insidiado outras situações, a questão do reencaminhamento, ou melhor, da nova visão do fluxo de trânsito que passará, por força das obras que estão a ser evoluídas em Santar, com a qual eu, à partida, não concordo. O Senhor Presidente já fez o favor de me explicar e de me mostrar os projetos, que já não já não são novos e é algo difícil. Mas também não quero ser Velho do Restelo. É preciso evoluir. É preciso, mantendo, o mais possível, a tradição e o que os Santarenses pedem é tão só isto: É que não se tire a grande quantidade de trânsito que dá vida e que passa por toda aquela parte principal de Santar e dos outros sítios onde há, realmente, obra para ver, como referíamos, como víamos aqui há bocado, em Senhorim e por aí fora. Às vezes, desvia-se o trânsito para beneficiar um, ou outro parque de estacionamento, ou outra coisa qualquer. Mas isso está a depauperar a qualidade das pessoas que enfim, somos só nós que vivemos ali e que passamos ali. Portanto, esta questão das obras, julgo que merece sempre muita, muita, muita atenção no sentido de preservarmos, o mais possível, como também aqui foi referido, não só as árvores, como toda a estrutura. Depois dizer o seguinte e para terminar, que eu acredito que tudo o que aqui foi dito, vai ser, tenho esperança. Termino, queria terminar com uma palavra de esperança na pessoa de todo o Executivo. Eu não tinha coragem, não tenho tido coragem para me apresentar assim como cabeça de lista para comandar este Concelho. Não é fácil. E chegar aqui e dizer aqui umas traulitadas e depois não temos coragem para de vir e para dar o nosso melhor. Enfim, não queria dizer isto, mas eu vou acabar por dizer. Eu tenho tido conhecimento que no nosso Concelho há um número, já tenho um número, mas é tão grande que tenho, tenho. Não o vou dizer. É um número enorme de pessoas com Rendimento Mínimo Garantido. Já toda a gente entendeu o que eu quero dizer.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Engenheiro. Já vi que não perdeu o jeito. Eu dava, agora, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Com autorização do Senhor Presidente. Não sei. Qual era o assunto? Mas há alguma defesa da honra? Por amor de Deus, isso não lhe posso negar. Faz favor. Por mim, pode. Não, desculpe, não há intervenção dos Senhores Vereadores, a menos que seja para defesa da honra. Se entender é que para defesa da honra, faz favor. Não sou eu que vou coartar esse seu direito para se defender.

O Senhor Vereador Artur Ferreira:

- Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara. Boa noite a todos os presentes novamente. Era só para referir aqui duas situações, já que foi referenciado também o nome do Executivo. Faço parte do Executivo. Vivo bem com as críticas. No entanto, há aqui coisas que eu não percebo. Promiscuidade, negociatas, inaptidão para o

Serviço, pode-se acusar, as pessoas são livres para dizer o que quiserem. Para mim, amíssimo e amigo João, é um elogio, aquilo que me diz por promiscuidade e negociatas é um elogio para mim. Estamos todos nisso. Quanto a perseguição, quando quiser transportar aquilo que diz que é perseguição, por mim está tudo bem. Na parte do Executivo, uma coisa é certa, na Câmara, eu não estou a tratá-lo mal. Não estou a tratá-lo mal. Estou a responder a isso. Na parte do Executivo, pode ter a certeza. São todos acertados iguais.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Desculpe lá. Três minutos para se defender, faz favor. É atípico, não é normal. Vamos lá ver. O Público não tem defesa de honra por amor de Deus. Faz favor, vá, dou-lhe 3 minutos.

O Senhor João Rego:

- Eu nasci num vão de escada e não fui habituado a levar coisas para casa.

As coisas para mim, são para debater e defender aqui. A promiscuidade que existe em Santar É efectiva. Andam lá num terreno nosso a fazer obras privadas. Sabias disso, tu? Então ficas a saber e amanhã, se quiseres, vais lá comigo. Ai sabes o que queres? Então é Público, ou não é Público, o terreno?

O terreno é Público. Ninguém está a falar de trás. Estou-te a perguntar se o terreno é Público, ou não é Público? Sim. Então e porque é que os Privados estão a vedar o terreno? Os privados que lá estão a usá-lo? Os que lá estão. Queres que te faça um desenho? Por amor de Deus, pá.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Terminou Senhor João Rego?

O Senhor João Rego:

- Não, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ainda não? Vá. Ainda tem mais dois minutos.

O Senhor João Rego:

- É para dizer ao Senhor Vereador Artur que em relação às minhas questões com o Município, vou só falar-lhe de um ponto. Só um. Tenho vários, mas vou-lhe só falar de um. Eu tenho um tema desde fevereiro, desde fevereiro de 2022, ou seja, há um ano e meio para ser resolvido pelo Executivo Municipal. Um acerto de estremas entre a minha empresa, uma das minhas empresas e os Viveiros Batista e a Câmara Municipal. Há um ano e meio. Portanto, está tudo dito em relação a isto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimentos que foram feitos. Agora não vá, Senhor Presidente, faz favor. Se não, nunca mais saímos disto. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para responder ao primeiro pedido de esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara:

Muito bem, então. Boa noite, Então, agora sim.

Senhor Presidente. Obrigado. Não sei quanto tempo tenho. Houve muitas intervenções com muitos temas. Alguns que, se calhar, responder, telegraficamente, não é a forma mais adequada de os responder. Mas vou tentar responder dessa maneira. Independentemente de tudo, deixe-me fazer só um ponto de honra. Em abono da verdade, eu posso não ser, nem quero passar por ser um exemplo de comportamento ou de atitude numa reunião pública, ou onde quer que seja. Em alguma parte, embora o comentário não tenha sido feito no sentido ofensivo, não é muito o meu registo o que eu há pouco disse. Mas, de facto, quando nós estamos a fazer uma intervenção e

estamos, constantemente, a ser alvos, eu estava falar consigo, Senhor Munícipe, de interjeições, documentários laterais, também compreenderá que não é forma de fazer as coisas. E deixe que lhe diga duas coisas também, que eu acho que é importante. Para quem fala em promiscuidades, em negociatas e aldrabices. E você acha que pode ficar ofendido pelo que foi dito e diz isto? Eu acho que estamos conversados quanto a isso. O Senhor Municipe António Silvestre, que já não está. Mas, pronto, vou na mesma, então se calhar ser mais sintético. A água dos fontanários com a placa a avisar, que já vinha de há uns tempos atrás, dizer que está com o Executivo também anterior, Membros, a placa já lá esteve. Nem sempre as placas são respeitadas. Mas a questão da água dos fontanários tem ali uma questão complexa, porque apesar do que ter sido dito ser verdade, não deixa de ser caricato que a população queira toda que o fontanário esteja a funcionar. Eu acho que o Senhor Presidente da União de Freguesia sabe isso perfeitamente, mesmo quando lá estivemos há pouco tempo, a própria população disse: Não nos tirem de cá a água. E nós explicamos várias vezes que aquela água não é própria para consumo. Independentemente dos avisos, das campanhas de sensibilização que são feitas, há outra questão que não se consegue proibir coisas que para as pessoas não as fazerem. É como os atos de civismo. É como as nossas formas de ser e de estar. E portanto, nem sempre é fácil fazer isso. O que nós devemos fazer é? Há aqui muita gente que conheço há muitos anos. E discordamos e temos debate sérios, fortes no que é o combate ideológico, no combate político, nas opções, sem ser necessário ofendermos quem quer que seja, ou entrarmos por caminhos menos corretos. Sobre a questão da estrada fechada, eu, pronto, acho que isso posso falar. Suponho que estaríamos a falar da obra que está, ou em obras, ou o facto de haver a circulação de sentido único. Acho que era por causa disso. Esse projeto já foi apresentado. Sobre as limpezas, coelhos e ervas no caixote do lixo, voltamos outra vez ao mesmo, invariavelmente. Por mais que nós consigamos fazer, por mais ações e campanhas de sensibilização, infelizmente não vai mudar muito isso. E, portanto, não há muito mais a falar sobre o assunto. Sobre o senhor Arlindo Duarte, em abono da verdade, o que faltava também dizer uma coisa, Senhor Arlindo. Também acho que seria de salutar justiça dizer que muitas das passadeiras, o Senhor Arlindo já o ouço há muito tempo a falar sobre isso. Podem não ter sido feitas todas as passadeiras que pediu, como costuma referir. Mas também era bom reconhecer, como disse na reunião de Câmara, que já muitas também foram feitas. E muitos dos que eram há alguns assuntos que trazia às reuniões de Câmara e à Assembleia também já foram cumpridos, nomeadamente, na mobilidade condicionada, nas atenções com alunos que têm problemas de Necessidades Educativas Especiais, devem ter cuidados acrescidos. E, portanto, isso também era de justiça ser referenciado. As obras na Avenida João XXIII até que são transversais. As obras na Avenida João XXIII são feitas, desde que foi o procedimento até agora, o que era a implementação, não tem tido um resvalo tão grande do que do que seria, inicialmente, o projeto que estava desenhado. Agora o abrir um troço em detrimento, não fechar um troço e manter o mesmo troço tem a ver com a implementação da obra. A implementação da obra, não fechar o primeiro troço permitiu que muito do que fosse a extensão da obra fosse feita com mais fluência, digamos assim. Obviamente que há um compromisso de ainda este mês, na primeira quinzena, ser concluído, o que é o primeiro troço do que falta para libertar até à rotunda, para se começar o segundo troço. E depois o terceiro troço, desde o acesso, ali à Rua Albino Pais, até cá em cima à Rotunda da Fonte Luminosa, como é conhecida. E nós, não achamos que as questões que estejam a ser indicadas façam tanto sentido, porque o que está para fazer lá, que tem a ver com a requalificação da parte do saneamento da conduta de água, das telecomunicações, das águas pluviais, é um assunto para ser feito. E, portanto, mesmo que haja demoras, elas são, na nossa ótica, digamos assim, ajustáveis para o que vai resultar daí. No Evento, no sábado, Crossfit, eu gostava que tivesse relevado o facto de estarem centenas de participantes de diversas proveniências do País. Esteve muita gente a assistir

ao Evento e, como todo evento, tem outras consequências. Como imagina, estavam dois Funcionários a tempo inteiro. Agora, eventualmente, se faltou alguma coisa num tempo que, alguém tirou e o Senhor sabe como é que nestas coisas acontece porque, às vezes, há exageros que são tomados. Mas as coisas foram retomadas. Portanto, se calhar, com as fontes, também convinha confirmar bem. As fontes têm sempre duas versões, Senhor Arlindo.

Eu não sei se me esqueci de alguma coisa. Estou a tentar ser telegráfico para tentar responder. Se, eventualmente, ficar alguma coisa para responder, há sempre uma reunião de Câmara, ou na próxima Assembleia. O Senhor António Minhoto, a moção já foi levada à reunião de Câmara para conhecimento da forma como nós tínhamos falado. A votação da Moção é assim: A Moção segue os seus caminhos normais. Foi enviada para o Senhor Presidente da Assembleia da República, para os Grupos Parlamentares. Portanto, seguiu os trâmites normais e nós demos conhecimento da Moção também, como nos comprometemos, no âmbito da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. E, portanto, aquilo que tinha ficado estabelecido, digamos assim, foi cumprido. A reunião com o Movimento Cívico Doutor Eduardo Leal, eu tinha dito até na primeira intervenção, precisamente isso. Estamos a fechar a questão da delegação de competências e o Doutor Eduardo leal comprometeu-se connosco e com o Movimento Cívico a vir cá falar com o Movimento Cívico. E, isso está assegurado e em cima da Mesa. Como eu tinha dito, ainda há um momento de Consignação do Auto de Transferência de Competências na ótica de se tentar chegar a um entendimento. A Requalificação da Linha da Beira Alta, eu não disse, eu não dei a entender que o anterior Executivo não acautelou nada. Disse é ao contrário. O que eu disse é que o que estava acautelado, ou antes, ou agora, o que daí resulta é um projeto da IP que está implementado. Eu acredito, foi o que eu disse, o que o anterior Executivo fez é o que este está a fazer, salvaguardar ao máximo, eu já lá vou às outras questões, dos interesses do Município e dos Munícipes. O sobreiro histórico e acho que, com isto, também respondo à D.ª Aida, acho que responde dessa maneira. É o seguinte: o sobreiro histórico, como sabem, durante muito tempo não foi retirado porque o Executivo e como o Senhor António Minhoto sabe bem, durante muito tempo, o Executivo não deixou que o sobreiro fosse retirado. E a IP pressionou várias vezes no sentido em que precisava de continuar com a empreitada desde que o sobreiro fosse retirado. O Senhor António Minhoto também sabe, por aconselhamento que teve de outros Académicos e de nós próprios, esteve no espaço um dos mais reputados, eu diria, se calhar, o mais reputado Especialista no parque arbóreo, que é o Professor Doutor Hélder Viana, da Escola Superior Agrária de Viseu, que é Conselheiro de vários Municípios de grande dimensão neste País. E que esteve lá presente e disse só esta coisa tão simples como isto: O sobreiro é histórico, mas tem que ser retirado porque se, eventualmente o quisermos, que era essa a ideia original, de tentar fazer com que passássemos esse sobreiro, o retirássemos e o recolocássemos num novo espaço, o Professor Hélder Viana foi inequívoco: O sobreiro vai morrer. Estavam lá, ouviram perfeitamente a boca dele, não foi da minha. Nós acautelámos questões que, quando não conhecemos, tentamos ouvir quem de direito e depois decide. Eu não sou Especialista na matéria e, portanto, pedimos a opinião de um Especialista, que nós achávamos isso, os moradores também e toda a gente. O Especialista disse, rigorosamente, aquilo que eu estou a dizer. Dizer também que a questão da IP, durante muito tempo houve uma reunião com os habitantes e os condomínios, os moradores, sim, desculpe, com a IP, convocado pela Autarquia. E, como disse e bem, a IP já comunicou, porque é essa também a informação que nós temos, que quer reunir com os moradores brevemente. Portanto, o que nós nos tínhamos comprometido, que haveria essa reunião, também vai ser realizada. A água, dizer-lhe que é uma preocupação comum. O livre Associativismo é sempre de realçar. E sobre a AZU e as questões da Fonte do Alcaide e daqui também acho que posso responder à D.ª Elizabete, nós já respondemos isso em reunião de Câmara. Conforme lhe disse e

mantemos, há questões relacionadas com o empreendimento que lá foi feito e está-se a apurar, obviamente, e disse-lhe isso e que será tornado público e apurado com responsabilidades o que é que, efetivamente, aconteceu. E a Câmara atuará em conformidade com isso, que é esse o compromisso. Já lhe tinha dito e manifesto aqui e, de alguma forma, fica também a resposta ao senhor António Minhoto e à D.ª Elizabete. A pintura do gradeamento do Jardim-de-Infância, não me recordo de termos falado nisso, D.ª Elisabete, de todo. Mas deixe que lhe diga que também o justificaria, independentemente, de termos falado, ou não. Agora, deixe-me que lhe diga que no concerne àquele Jardim-de-Infância, mais importante do que isso é o facto de já estar acautelado no que foram as opções que já foram aqui apresentadas em reunião de Câmara, da Assembleia Municipal, do Portugal 2030, que é a Requalificação da Escola Primária para ser o espaço de acolhimento do Jardim-de-Infância de Senhorim, porque, como sabe, o Jardim-de-Infância, como está hoje o edifício não é um espaço próprio para a educação das crianças. É provisório e muitas das coisas que estão provisórias, tornam-se definitivas e é claramente assumido. Está já protocolado, consignado, no que são as opções do PT 2030 do Município, a Requalificação da Escola do Primeiro Ciclo, como também já lhe tive oportunidade de dizer isso numa reunião de Câmara, no espaço que é do Jardim-de-Infância. As obras da Nossa Senhora do Viso têm a ver, precisamente, com o que a D.ª Elizabete falou, que tem a ver com a Mobilidade de Pessoas com Deficiência e com Mobilidade também com a idade. A antena de Fonte do Alcaide, julgo que respondi. Percebo a preocupação e Senhor Presidente, é mesmo só um minuto para dizer uma coisa: Eu percebo a preocupação, mas dou-lhe o mesmo exemplo que lhe dei desta maneira: Nós assistimos em muitos dos que são os edifícios públicos e privados, em prédios, com antenas grandes que têm a ver com o retorno financeiro que as próprias Urbanizações queiram rentabilizar. Não estou a fazer juízo valorativo. O que eu estou a dizer é que tudo o que é a defesa do interesse público será feito dentro do que é o espírito da Lei. Dou-lhe um caso concreto: Por exemplo, vai a reunião de Câmara nós emitirmos parecer sobre a plantação de árvores. E nós tínhamos chumbado, algumas vezes, a plantação de eucaliptos, particularmente depois dos trágicos incidentes de 2017. Mas é um parecer. Mas, depois, não é vinculativo, embora tenhamos essa opinião. Portanto, por vezes nem sempre o que é o parecer, mesmo seja vinculativo, porque há Entidades competentes superiores. O Municipe Sérgio Rocha e o planeamento da obra. Caro e Estimado Engenheiro, como sabe o planeamento da obra tem tudo menos a ver com o Município. O que é que o Município pode fazer? Tem voz ativa e teve-o. Já reuniu várias vezes com o IP, quer a nacional, quer com o responsável da empreitada, que é o Vice-Presidente da IP, o Senhor Engenheiro Carlos Fernandes na Câmara. Já fizemos um itinerário pelo Município todo. Fizemos seguir tudo o que são as reivindicações, se assim entender, ou as posições de força do Município, devidamente reforçadas por toda a Câmara, não é executivo é toda a Câmara, pela Assembleia Municipal, que também e pelas suas Juntas de Freguesia. Portanto, essa força pode ser feita. É a diplomacia. Podemos fazer de tudo o que é feito e isso tem sido feito. E, aliás, como disse e bem, houve uma reunião por causa de resolução da Ponte no que concerne à sua habitação. Estava lá mais gente Diretiva do que Trabalhadores quase. Estávamos, para aí, umas 14 ou 15 pessoas, entre Engenheiros do Sacyr, da Somague, da IP como, como constatou para resolver o problema. O problema está sempre em cima da Mesa e nós continuámos e continuamos. E o que nós temos e julgo que o Senhor Sérgio Rocha também tem da parte da IP é que será um assunto para resolver, embora se ouça uma coisa da IP e outra coisa do empreiteiro. Mas o compromisso da IP é para resolver. E, portanto, a IP vai ter que resolver. É essa questão. A D.ª Aida Minhoto, sobre o sobreiro, pronto, eu acho que já falei sobre, já lá vou. O esqueleto do sobreiro. como foi falado. Sobre o ouvi dizer, eu não vou comentar, D.ª Aida, está bem? Mas no que concerne ao esqueleto do sobreiro, o que nós dissemos e mantemos, foi que, já que o sobreiro tinha que ser retirado e foi,

iríamos perpetuar o que é a nossa Memória colectiva. E já que se tinha que retirar o sobreiro e não era permitido ficar lá, o que nós dissemos é que iria depois para o Jardim dos Avós ser colocada a parte quer do tronco e até podia servir, o tronco como uma mesa, ou que esteja lá depois evocado isso. E isso não ficou em segundo plano esquecido. Era só para lhe dizer, para lhe dar essa Nota. No concerne ao que disse o que disse o Senhor Municipe João Rego. Senhor João Rego, deixe que lhe diga uma coisa que me parece clara: O Senhor João Rego tem, naturalmente, direito a discordar, completamente, de qualquer Executivo, ou de qualquer Governo, ou de qualquer governo que que exista, ou Direção de uma Associação. É assim que funciona o Plano da Democracia. O que eu disse é que eu não me recordo de uma única vez o ter desconsiderado. Se, eventualmente, acha que, deixe-me terminar, tirando este comentário que achou ofensivo, eu não me lembro de ter desconsiderado com algum comentário menos correcto. Bem pelo contrário. Não sendo eu, ou não querendo ser um Paladino do que é o comportamento correcto, pauto-me por valores e tento de alguma maneira, nem sempre consigo cumprir, porque ninguém enfim é, completamente e não somos humanos. E, eventualmente, eu até posso ter cometido um deslize ao ter feito o comentário que fiz. Não era depreciativo. Se o achou ofensivo, peço-lhe a minha desculpa. Não era a minha intenção ser ofensivo. Não é consigo só, é e com qualquer pessoa. Ensinaram-me desde pequeno, se nós alguma vez, eventualmente, dissermos alguma coisa que não devemos, aprendia a dizer: Desculpa. E a mim não me custa. As desculpas evitam-se. É bem verdade. Mas também se colocam. E a intenção foi só no sentido em que é regular e recorrente em reuniões de Câmara, da Assembleia Municipal. Estamos a falar os dois. Não estou a falar de ninguém. Estamos a falar os dois. É recorrente, em atos públicos, em reuniões de Câmara, da Assembleia Municipal, cada vez que eu estou intervir, o Senhor João Rego está, constantemente, a intervir e a falar e a fazer comentários pouco abonatórios. Não foi uma, nem duas, nem três, nem dez vezes. E deixe-me que lhe diga que há outras formas mais corretas e mais adequadas do que falar em aldrabices. Isso é que eu acho que é ofensivo. E promiscuidade e negociatas é, particularmente, ofensivo. Não estou a dizer que não, mas é ofensivo na mesma e se calhar teremos, então, como o Senhor diz e bem, cada um tratar disto como deve tratar. Se calhar, terá que ser por essa forma também. Eu não sei onde é que foi buscar. Eu, ainda por cima, é assim: Por alguém que está sempre bem informado, como faz gala disso, dizer que eu moro em Viseu, eu só entendo isso, ou com uma distração grande, ou com, mais uma vez, tentar de, alguma forma, dar aquela ideia do Senhor Presidente da Câmara não viver na sua terra. Eu não preciso de me vitimizar. Agora, eu gostava era de concluir a minha intervenção sem fazer aquilo que, constantemente, o Senhor João faz. Fazer comentários pouco adequados quando eu estou a intervir, eu, ou qualquer pessoa, como há pouco fez até do Senhor Presidente da Assembleia. Sobre todas as considerações que fez, olhe, deixe-me que lhe diga: A maior parte das vezes é o seu juízo valorativo e vale o que vale. Eu respeito. É o seu. Mas também não corresponde à verdade.
Mas é o seu. Finalmente, sobre o acerto de estremas e antes de ir ao Senhor Armando Carvalho, dizer-lhe uma coisa, o acerto dos temas que invoca é uma questão que é um terreno da Autarquia. A Autarquia pode ter para aquele terreno outros projetos, outras utilidades. Não tem que ter. Ó Senhor João, deixe-me terminar, por favor. Deixe-me terminar. Ó Senhor Presidente, eu.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não há diálogo porque, senão, eu encerro, imediatamente, a Assembleia. Encerro a Assembleia se se mantiver o diálogo.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Mas eu vou dizer uma coisa que é assim: O município tem direito ao território, que é o seu, geri-lo como assim entender. Sobre o resto: Ó Senhor João Rego, julgo que tudo o que diz em termos de apupos, de aldrabice e essas coisas que ficam como estão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, falta responder a mais alguém?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Poderão ser de outra maneira, sê-lo-ão.

Senhor Deputado, o Senhor Deputado olhe, tem haver agora com remanescências também.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eng.º Armando.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Municipe, Senhor Armando Carvalho, dizer-lhe duas coisas. Sobre os Funcionários: Não me ouvirá dizer mal, publicamente, dos Funcionários. Não é a minha forma de ser e de estar. E deixe-me que lhe diga uma coisa também: Em muito do que é e tenho orgulho nisso, as questões internas resolvem-se em casa sempre o que tem que ser resolvido. E dizer-lhe ainda mais sobre os funcionários: Muitas vezes e digo sempre o mesmo, mesmo quando os Funcionários, se calhar até nem é abonatório para mim, mas não me preocupo tanto com isso, que é para não haver, algumas vezes, estas acusações. Assumo sempre que sou eu. A responsabilidade é minha. É claro que é. Em última instância, será sempre do Presidente da Câmara. Se for um Vereador que não faça, acontece isso. Mas, por vezes, até há aquela ideia de tentar deixar a ideia que foi aqui qualquer coisa que resvalou, ou isso, ou não assumir. Mesmo que a falha seja, desde quem varre a rua, a quem é Chefe Intermédio, a responsabilidade sempre será do Presidente da Câmara. As Juntas de Freguesia, deixe que lhe diga uma coisa que também é abonatória: Estão aqui os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Pela primeira vez, em muitos anos, no que vai ser o novo Protocolo da Delegação de Competências, vai aumentar o financiamento em 50% para as Juntas de Freguesia. Mas vou ser ainda mais conclusivo, porque dito desta maneira, 50%, o número, em absoluto, é fenomenal. Seria um aumento exponencial, mas não é. É um aumento, mas não é assim tão fabuloso. Estão aqui os Senhores Presidentes de Junta. As Transferências Financeiras para as Juntas serão de 60.000,00 euros. O aumento de 50% passa para 90%. Em abono da verdade, são 30.000,00 euros. Mas é o caminho que nós queremos trilhar de aumentar este ano, já em 2023 e nos anos consecutivos também para, precisamente, dizer o que são as competências também das Freguesias, dar proximidade. Sobre as limpezas das áreas e das Freguesias, eu tenho que agradecer o empenho dos Senhores Presidentes das Freguesias cujos parcos recursos financeiros que têm, o meu agradecimento público, Senhores, Presidentes de Junta pelo trabalho notável que têm feito com os poucos recursos financeiros que nós tentamos ajudar e socorrer e os Senhores Presidentes de Junta têm feito um trabalho notabilíssimo. O mesmo se aplica na limpeza das áreas de Nelas. A limpeza das áreas de Nelas, Senhor Presidente de Junta, deixe-me agradecer-lhe no que é limpezas de que seriam da responsabilidade da Câmara Municipal, se ter predisposto a também avançar com a contratação de uma empresa para ajudar a dar resposta à questão da limpeza geral. Senhores Presidentes de Junta, o nosso agradecimento por tudo que tem feito, por ajudarem nesta limpeza. E dizer, também, para concluir, Senhor Armando Carvalho, que na questão do Rendimento Mínimo Garantido é a sua opinião que eu respeito. Mas, obviamente, não falarei mais sobre isso, como compreende, até porque é um assunto que, geralmente, tem associadas algumas questões que não parece que são corretas porque o rendimento e ainda bem que existem muitos casos, como no País, em muita coisa, há coisas que correm bem, outras menos bem, mas é como é. Obrigado pela atenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente pelos seus esclarecimentos. Está encerrada a sessão. Muito boa noite. Muito obrigado por terem vindo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: